

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

«...Um Governo arrogante, que nunca aceitou contributos construtivos da Oposição, não ouviu ninguém, actuou como se dispusesse da verdade absoluta»



Destaques:

«O actual estado do País resulta das escolhas e das opções políticas do Governo socialista» - Manuela Ferreira Leite

Pag. 2 e seguintes

Balanço de quatro anos de desgoverno socialista, feito pelo Grupo Parlamentar do PSD

Em “Actividades do PSD”

“Uma estratégia política seguida /.../ pelo PS, incluindo José Sócrates, para que a opinião pública se convença de que a verdade é mentira e a mentira é verdade”.

Em «Opinião dos Outros»: Ministro veio para “malhar” e acabou “malhado”



Balanço de quatro anos de desgoverno socialista pelo Grupo Parlamentar do PSD

O líder parlamentar do PSD abriu a sessão de um “balanço muito negativo” de quatro anos de Governo socialista. Ao final da tarde, no Centro Cultural de Belém, Paulo Rangel garantiu que “Portugal está pior em 2009 do que estava em 2005”, ano em que José Sócrates chegou ao poder com maioria absoluta. A presidente do partido encerrou a sessão.

O diagnóstico do País foi feito através das seis áreas que os sociais-democratas consideram mais críticas. São elas a Economia e Finanças, de que falará Rosário Águas; a Justiça e Segurança, pelo deputado e antigo ministro da Justiça Fernando Negrão; a Educação, a cargo do deputado Pedro Duarte; a Saúde, pela voz de Regina Bastos; as políticas sociais, por Adão Silva; e o Ambiente, da responsabilidade de José Eduardo Martins.

Foram, segundo Paulo Rangel, intervenções “sintéticas”, Paulo Rangel, mas que permitiram destacar os pontos de divergência do PSD perante as políticas seguidas por José Sócrates. O líder parlamentar social-democrata afirmou ao DN que vivemos num País “com mais desempregados”, no qual a “Educação piorou com um conflito desnecessário com os professores” e a actual situação das outras áreas não é melhor.

Por exemplo, na área da segurança e da Justiça, Fernando Negrão denunciou o que classifica de “défice de autoridade” das forças de segurança e “alguns sintomas de governamentalização da Justiça” através das medidas adoptadas pelo Governo.

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, encerrou a sessão com um “discurso mais prospectivo”, ou seja, denunciando a ineficácia do plano do Executivo, de grandes investimentos públicos para responder à crise económica. Manuela Ferreira Leite insistiu no apoio às pequenas e médias empresas, que apresentou formalmente há duas semanas. Uma das medidas por que mais se tem batido é a de que o Estado pague as dívidas às PME o mais rápido possível para que estas possam enfrentar os problemas de tesouraria sem recorrer



a novos empréstimos que as vão ainda tornar mais reféns do crédito. A líder social-democrata defendeu também que a Caixa Geral de Depósitos deve criar apoios especiais para estas empresas que, na sua opinião, são as únicas que podem travar o desemprego galopante.

O discurso de encerramento da Presidente do Partido

Estas foram as palavras de Manuela Ferreira Leite, no encerramento:

Caros Amigos e Companheiros,

Passados quatro anos de Governo de maioria absoluta socialista, já não podem restar dúvidas: Portugal está pior em 2009 do que estava em 2005!

Está pior de um modo geral, como bem provam os indicadores de confiança dos cidadãos. Mas está pior também em cada um dos sectores que contam para a vida dos Portugueses, como acabou de aqui ser bem ilustrado.

A análise sectorial que aqui se fez mostra claramente que o actual estado do País resulta das escolhas e das opções políticas do Governo socialista; resulta do seu programa e das suas soluções; resulta, em muitos casos, da sua incapacidade e incompetência.

Resulta basicamente de ter estado sempre de costas voltadas para o País, sem olhar para os seus reais problemas e com a actuação apenas concentrada na imagem e na propaganda.

Resulta de ser um Governo arrogante que nunca aceitou quaisquer contributos construtivos da Oposição, que não ouviu ninguém, que actuou como se dispusesse da verdade absoluta.

Este Governo especializou-se em arranjar desculpas para os seus insucessos e fracassos

Deste modo, a responsabilidade da actual situação em que Portugal se encontra tem um responsável e tem um rosto: o Governo da maioria absoluta socialista do Engº Sócrates.

Não adianta tentar atirar areia para os olhos dos Portugueses porque a culpa do ponto a que chegámos não é da crise internacional. Resulta, isso sim, de quatro anos de políticas socialistas, como já era evidente através de praticamente todos os indicadores, antes do deflagrar da crise.

Este Governo especializou-se em ar-

ranjar desculpas para os seus insucessos e fracassos. Primeiro, sugeriu que as culpas eram do passado, fingindo esquecer que o PS nos últimos catorze anos, esteve no Governo durante onze anos – onze anos, repito.

Depois, abrigou-se nas culpas da recente crise internacional, tentando esconder que ao longo dos três anos e meio anteriores, a situação portuguesa se degradou em praticamente todos os indicadores.

Mas alguém acredita, séria e convictamente, que um Governo, com maioria absoluta, com a cooperação do Presidente da República e com a Europa a crescer, não tenha qualquer responsabilidade na gravíssima situação a que chegámos?

Este é o Governo que oscilou entre os anúncios e a realidade e optou pela fantasia e esqueceu a verdade.

Este é o Governo que, ao mesmo tempo que se arvorou em paladino da concertação social, fez uma guerra estéril e sem quartel a todas as classes profissionais.

O Eng. Sócrates apostou no sentimento difuso de competição social e agrediu o prestígio e a autoridade de profissões indispensáveis

Este é o Governo que escolheu a via do conflito, da desautorização e até da humilhação profissional dos funcionários públicos, dos professores, dos polícias, dos militares, dos juizes e magistrados, dos notários, dos profissionais de saúde, dos agricultores.

O Eng. Sócrates apostou no sentimento difuso de competição social e agrediu





Portugal tem vivido numa espécie de longo intervalo publicitário!

Caros Amigos e Companheiros,

Os últimos quatro anos foram sobretudo anos marcados por uma política de engano, uma aposta na propaganda e uma obsessão com a imagem.

Portugal tem vivido numa espécie de longo intervalo publicitário.

A dureza da actual crise interrompeu a fantasia e está a provocar um despertar muito difícil, para uma realidade que não é mais possível esconder e a que temos a estrita obrigação de saber reagir, com energia, com acções de efeito imediato, com

soluções excepcionais e temporárias e, com uma visão de futuro para o médio e longo prazo, corrigindo erros e escolhendo novos caminhos.

Ao fim de quatro anos, chegou realmente a hora da verdade. A hora de o Governo ser confrontado com as suas responsabilidades.

Um Governo que não foi capaz de aproveitar os anos de boa conjuntura internacional, fazendo o País andar para trás, e que agora se mostra incompetente e desnordeado quanto ao que fazer para ultrapassar a crise.

Um Governo que não actua por convicção e por isso muda de rumo e de atitude de acordo com as conveniências.

Com a entrada em campanha eleitoral, parece agora disposto a pensar nos funcionários públicos, a ceder a algumas aspirações dos professores, ou a pagar as suas dívidas às empresas que até parece que mudou de rumo.

Mas porque não o faz por convicção, anuncia mas não executa ou executa de forma inversa ao seu anúncio.

Por isso, o Governo pede nova maioria absoluta. O que seria de todos estes agentes e empresas, se tal acontecesse!

No dia seguinte abandonaria o que tinha prometido e voltaria a actuar, sem a pressão dos votos, de acordo com a sua forma de governar, isto é, contra todos os que o afrontaram.

Chegou a hora de verdadeiramente escolhermos se aceitamos como fatalidade o empobrecimento para que nos empurram as políticas socialistas, se aceitamos



o prestígio e a autoridade de profissões indispensáveis ao funcionamento de instituições vitais da sociedade civil. Foi um preço demasiado elevado, para um Governo que na prática, não levou por diante qualquer reforma visível com efeitos estruturais no País.

Somos frontalmente contra este tipo de actuação.

Uma sociedade que não zele pelo prestígio e autoridade social das profissões de relevo público é uma sociedade em desagregação que potencia a desmotivação e a apatia social.

Vimos hoje aqui, de modo transparente, que os maus resultados são anteriores à crise internacional e, mais do que isso, resultam de opções erradas tomadas desde o início.

Nas áreas de soberania, o Governo não resistiu à tentação da governamentalização, da concentração do poder pessoal, como tem feito, aliás, num movimento reflexo e paralelo, na esfera económica, ao potenciar o dirigismo e a discricionariedade governamental.

Na educação que é um sector verdadeiramente estratégico para Portugal, o Governo fomentou o conflito e a instabilidade, prejudicando a qualidade do ensino, a autoridade e a disciplina nas escolas. Mais uma vez, ao trabalhar para a aparência, preocupado com as estatísticas mais do que com o futuro dos jovens, prejudicou a qualidade e agravou a desigualdade de oportunidades.

Na saúde, o Governo ziguezagueou e oscilou sem rumo entre encerramentos de instituições sem alternativa e abertura de serviços sem justificação, desembocando num sistema de saúde que é hoje mais distante, mais caro e de pior qualidade para os cidadãos.

Na área social, o Governo foi cego à pobreza em que cresciam os novos pobres, desprezou o papel importantíssimo das instituições de solidariedade social, e procurou negar o flagelo do desemprego. Foi preciso o nosso alerta para que a situação de emergência social em que fomos caindo, despertasse as consciências socialistas.

No domínio económico, tudo nos foi prometido e quase nada foi cumprido. Foi-nos prometido um crescimento de 3% e só tivemos divergência com a Europa; foi-nos prometida uma redução de impostos e assistimos ao maior aumento da carga fiscal de sempre; foi-nos prometida a criação de 150.000 empregos e o

desemprego não pára de crescer.

Atingimos um endividamento externo impensável, na casa dos 100% do PIB, e sobra-nos um leque de projectos megalómanos que não estão baseados em estudos sérios e rigorosos, mas que servirão para conduzir o País para um empobrecimento inaceitável.

Total incompetência na aplicação dos fundos comunitários

Mas os exemplos poderiam multiplicar-se nas mais diversas áreas. Veja-se o fracasso da reforma da administração pública, a qual foi iniciada a partir do zero, sem aproveitar o trabalho anterior e que terminou no mais rotundo vazio. Veja-se a política relativa aos emigrantes.

O encerramento cego dos consulados e a tentativa de limitar o seu direito de voto são ilustrativos da atitude do Governo perante estes nossos concidadãos.

Veja-se o caso da total incompetência na aplicação dos fundos comunitários. Na verdade, deveríamos estar hoje a suavizar e relativizar os efeitos da crise internacional, se o Governo tivesse activado a tempo, com competência e com critério a execução dos fundos comunitários.

Veja-se ainda e finalmente, o caso da agricultura que é o caso mais gritante de abandono deste Governo.

Em boa verdade, o que se passa com a agricultura parece ter mais a ver com uma política de destruição do que com uma política de abandono.

Ao longo destes quatro anos o Governo não só desperdiçou irresponsavelmente os recursos europeus postos à disposição dos agricultores Portugueses, como se entreteve a destruir, sem critério, a capacidade da nossa Administração para absorver os apoios da política agrícola comum.

E o que dizer da segurança?

A segurança devia ser uma das maiores preocupações do Governo numa altura de crescimento significativo da criminalidade e da violência.

Desde muito cedo que o PSD tem alertado para a inadequação da política deste Governo e deste Ministro, cuja demissão, em tempo oportuno, defendi. Agora, passados meia dúzia de meses, até o antecessor do Ministro, o actual Presidente da Câmara de Lisboa, percebeu a magnitude do problema e já critica, sem rodeios, a política do Governo em matéria de segurança e de polícia.

insistir nas mesmas receitas falhadas, no engano e na ilusão.

Eu não acredito no espectáculo e na mentira como forma de estar na política.

Eu não acredito na desautorização das classes profissionais e na agressão à sua dignidade social como forma de fazer política.

Eu não acredito na asfixia das empresas e das famílias em nome de obras opulentas de um Estado com vícios de rico.

Eu não aceito a destruição da agricultura porque isso significa o abandono de três quartos do território nacional.

Eu não aceito o clima de condicionamento e de manipulação da liberdade de expressão nos media, em nome dos interesses do Governo ou da imagem pessoal dos seus protagonistas.

Eu não aceito o sectarismo partidário e persecutório com que o Governo gere as suas relações com a Região Autónoma da Madeira, sem qualquer sentido de Estado.

Precisamos de virar esta página.

É preciso que todos saibam que não estamos condenados a este triste estado de coisas.

Há outra forma de fazer política.

Com verdade. Com seriedade. Com dignidade.

O PSD tem vindo a preparar o caminho para oferecer essa resposta aos Portugueses. Apresentamos propostas, fazemos uma oposição responsável, estamos a ouvir a sociedade civil e a preparar um programa de Governo diferente e adaptado às actuais circunstâncias.

Hoje, mais do que nunca, Portugal precisa de uma alternativa de verdade, de rigor e de seriedade, que são a imagem de marca que levou os Portugueses a confiar no PSD.

Um partido que defende as liberdades, que defende a dignidade das pessoas, que acredita numa economia dinâmica e competitiva, num Estado magro mas forte, num País coeso e solidário, com Portugueses preparados para enfrentarem e vencerem os desafios que nos espera.

Estamos aqui, para responder afirmativamente a essa esperança. - Fonte: Gab. MFL

A Presidente do PSD com compatriotas emigrados: Em Paris, a Presidente do PSD falou com emigrantes e autarcas portugueses

Manuela Ferreira Leite deslocou-se no fim-de-semana passado a Paris, onde



se encontrou com emigrantes portugueses, militantes e simpatizantes do PSD e com autarcas portugueses ou luso-descendentes.

A visita a Paris enquadra-se no conjunto de deslocações – até agora apenas nacionais – que Manuela Ferreira Leite tem feito para “ouvir a sociedade civil” e “apresentar a sua alternativa política” às eleições deste ano.

Logo à chegada e respondendo a algumas perguntas da Comunicação Social, Manuela Ferreira Leite afirmou que o sentido da sua visita a Paris é estar junto dos emigrantes portugueses e defender que sejam considerados nas decisões porque ser português “não tem a ver com a residência”.

À chegada à capital francesa, Manuela Ferreira Leite quis deixar a mensagem “de que o Português é um Português, não tem a ver com a residência”.

“Não é pelo facto de não viver em Portugal que ele deve ser esquecido ou menosprezado, não pensado e não considerado em todas as nossas decisões e todas as nossas opções”, defendeu, em declarações aos jornalistas.

A presidente do PSD assinalou que em França reside “a maior comunidade portuguesa no estrangeiro” e considerou que por isso “é por aqui que deveria começar”.

“Não venho propriamente angariar votos, mas venho, com certeza, para estar junto dos emigrantes e fazer-lhes lembrar ou pelo menos, não deixar esquecer, que o PSD sempre teve, desde a sua constituição, e como parte da sua matriz ideológica, a defesa dos emigrantes”, disse ainda Manuela Ferreira Leite.

“Fomos nós que lutámos pelo voto dos emigrantes na eleição do Presidente da República, sempre defendemos a participação dos emigrantes na vida nacional. Não tenho dúvidas de que os emigrantes sabem e percebem que o PSD sempre teve muita atenção a estas pessoas que representam Portugal e trabalham fora do país”, acrescentou.

A presidente do PSD aproveitou a ocasião para reiterar a oposição do seu partido à intenção do PS de impedir que os emigrantes possam votar por correspondência.

O projecto do PS de alteração à lei eleitoral para a Assembleia da República já foi vetado pelo Presidente da República, Cavaco Silva.

Manuela Ferreira Leite disse não ter informações sobre o que o PS pretende fazer na sequência do veto presidencial,

mas avisou: “Se por qualquer motivo não considerarem o assunto encerrado, eu direi que também não vou considerar encerrada a luta contra tal decisão”.

Entrevista à Rádio Alfa e visita à Associação Portuguesa de Pontault-Combault

Depois do encontro com membros da comunidade portuguesa residente em França, que ultrapassa um milhão de pessoas, Manuela Ferreira Leite poderá visitar outros países com presença significativa de emigração portuguesa, disse à Comunicação a líder social-democrata, durante a entrevista à rádio ALFA, às 19:00 horas.

A presidente do PSD foi, a certa altura, questionada sobre a polémica causada pela sua referência a um cenário de suspensão da democracia por seis meses.

Manuela Ferreira Leite considerou que houve “falta de honestidade” na forma como as suas palavras foram noticiadas e que a sua frase foi “retirada do contexto”.

“Não há ninguém naquele país, nem uma só pessoa que me conheça que possa admitir que eu pensasse dessa forma”, disse, acrescentando que “uma coisa é aquilo que dizem os jornais, outra coisa é aquilo que as pessoas pensam”.

Dirigindo-se aos ouvintes portugueses e luso-descendentes residentes em França, Manuela Ferreira Leite pediu-lhes para “tomarem atenção à questão do recenseamento”, alertando-os de que agora “tem de ser feito nos consulados”.

Seguiu-se uma visita à Associação Portuguesa Cultural e Social de Pontault-Combault, que tem entre os seus dirigentes um assessor do presidente francês, Nicolas Sarkozy.

Às 20:30 horas, Manuela Ferreira Leite juntou no município de Pontault-Combault com militantes e simpatizantes do PSD/Paris.

Declarações no jantar de Pontault-Combault

Manuela Ferreira Leite identificou hoje os dez anos de governação social-democrata de Cavaco Silva com o desenvolvimento do país e responsabilizou o PS pelos anos seguintes, acusando-o de ter empobrecido Portugal.

Durante o jantar, Manuela Ferreira Leite distinguiu ainda o PS do PSD alegando que o seu partido coloca o inte-

resse nacional “acima de interesses individuais”, enquanto o Governo socialista “governa para alguns e não para todos”.

“Dos últimos catorze anos, onze foram do Governo socialista e portanto não se pode dizer que a situação em que o país neste momento está é culpa do PSD”, argumentou Manuela Ferreira Leite.

“Nós tivemos efectivamente um longo período de governação nos governos do professor Cavaco Silva. Foram dez anos e nesses dez anos todos os indicadores melhoraram, o país transformou-se”, acrescentou.

A presidente do PSD concluiu: “Portanto, a nossa característica, aquilo pelo qual estamos marcados na sociedade portuguesa, são as grandes transformações”.

Manuela Ferreira Leite disse que o desenvolvimento do país é resultado da governação social-democrata, que “as reformas verdadeiras são do PSD”.

Quanto à actual situação, de acordo com a presidente do PSD “o país não está mais rico, está mais pobre” e todos os indicadores pioraram devido às “políticas erradas” do executivo socialista.

“Temos de mudar de caminho e de forma rápida”, rematou.

A presidente do PSD foi aplaudida quando contestou “as grandes obras públicas” e prometeu “denunciar permanentemente que, a despeito de poder haver muitos interesses naquele tipo de iniciativas, os interesses do país têm de estar à frente dos interesses individuais”.

“Nós temos que acabar de vez com a questão do Governo socialista que governa para alguns e não governa para todos”, disse, recebendo aplausos.

Ainda sobre as diferenças em relação ao PS, segundo Manuela Ferreira Leite o Governo liderado por José Sócrates tentado “colar-se” às orientações políticas do PSD “tentando com isso transformar os partidos políticos como se fossem quase iguais”.

“Isso não é verdade”, insistiu, sustentando que o PSD realizou as reformas que anunciou, enquanto “o PS tem governado na base dos anúncios e do espectáculo”, gastando “muitos recursos financeiros apenas para propaganda, só para festa, só para teatro”.

A presidente do PSD manifestou-se hoje convicta de que vai ganhar as eleições legislativas e afirmou a ambição de melhorar Portugal de forma a atrair de volta os portugueses que emigraram.

“Portugal fez-se para os portugueses, Portugal é dos portugueses e é para eles que nós temos que trabalhar para criar as condições para que sejam atraídos pelo nosso país”, defendeu a presidente do PSD, durante o jantar, naquele município a Leste de Paris.

“Irei lutar para que Portugal melhore e possa ser atractivo e ser um incentivo para que muitos de vós possais regressar com ânimo e com perspectivas”, prometeu Manuela Ferreira Leite aos portugueses e luso-descendentes presentes na sala, a maioria militantes e simpatizantes do PSD.

Manuela Ferreira Leite disse, ao mesmo tempo, querer “que se impeça que muitos mais portugueses continuem a sair”, alegando que “a situação actual a isso tem incentivado” e que se têm criado “condições para que cada vez mais portugueses abandonem o país”.

Depois de ter traçado o que qualificou de “panorama mais ou menos cinzento” de Portugal, a presidente do PSD acrescentou: “Só não o faço negro porque nós estamos seriamente a lutar e estamos convencidos de que vamos ganhar as eleições. E, como estamos convencidos disso, achamos que vamos ainda a tempo de mudar de política e portanto de resultados”.

“Aquilo que eu mais desejaria é que o país reunisse as condições para poder albergar e receber todos aqueles que um dia por motivos vários tiveram de decidir sair”, reforçou, considerando que “deve ser com certeza uma decisão que nem sempre é fácil, mas provavelmente ainda é mais difícil tomar a decisão de não regressar”.

Manuela Ferreira Leite disse aos emigrantes presentes que a sua visita a Paris, que termina no domingo, “é uma primeira visita”.

“Eu irei visitar periodicamente as comunidades”, anunciou.

“De uma coisa podem estar certos: nunca me esquecerei que Portugal não são só os portugueses que vivem naquele rectângulozinho à beira-mar plantado. São também as muitas centenas de milhares, os milhões, mesmo, de portugueses que vivem espalhados por esse mundo fora e que têm tanta ligação a Portugal, tantos direitos sobre o país como qualquer um de nós que lá vive”, declarou.

A presidente do PSD elogiou o contributo das comunidades portuguesas “para o prestígio de Portugal” e terminou a sua intervenção dizendo: “Os portugueses são portugueses independentemente do lugar onde vivem e nós somos o país genuinamente português”.

Agenda de Domingo A posição dos emigrantes na economia e na política de França

No domingo a agenda da presidente do PSD começou com um pequeno-almoço com a direcção da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa às 09:30 horas, seguindo-se às 11:00 um encontro com a associação de autarcas de origem portuguesa. Antes do regresso a Lisboa, Manuela Ferreira Leite ainda almoçou com o embaixador de Portugal em Paris, um encontro que não fez parte da agenda pública.

“Neste encontro demos conhecimento do que pretendemos fazer e do que já fizemos em prol das trocas comerciais entre Portugal e França, num país onde existem 45 mil empresários portugueses”, afirmou Carlos Vinhas Pereira, presidente da CCIFP, sobre a reunião com a líder do PSD.

O presidente da Associação Cívica dos autarcas portugueses, luso-franceses e europeus, Paulo Marques, considerou o encontro com a líder do PSD como “uma ocasião importante para ter uma visão da realidade portuguesa”.

“Dando seguimento ao apelo do Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, para que os portugueses fora de Portugal dêem o seu contributo para a economia portuguesa, estes encontros são essenciais para os portugueses e luso-descendentes fora de Portugal definirem uma visão do Portugal de hoje, e





para a discussão de projectos de futuro” adiantou Paulo Marques, em declarações à Agência Lusa.

A ocasião foi aproveitada para que os autarcas convidados pela Cívica tivessem a possibilidade de “ouvir a posição de Manuela Ferreira Leite e do PSD para as próximas eleições”, concluiu Paulo Marques.

Nas eleições legislativas de 2005, o PSD elegeu um deputado pelo círculo da Europa, Carlos Gonçalves. - Fontes: Povo Livre, Gab. Emigração/PSD e Lusa

Na Associação Comercial do Porto

Convidada para um jantar da Assembleia-Geral da Associação Comercial do Porto, que queria ouvir a líder social-democrata sobre o tema de “como ultrapassar a crise”, Manuela Ferreira Leite interrompeu a sua exposição em defesa das propostas do PSD para ultrapassar a crise para, como disse pedindo desculpa, “introduzir um elemento de natureza política” no seu discurso e criticar a estratégia eleitoral do Governo.

Na sua intervenção, a líder social-democrata reafirmou as suas críticas aos grandes investimentos públicos propostos pelo Governo, considerando que eles vão contribuir “para o empobrecimento do País, não para o seu enriquecimento”.

Com o habitual “fair play”, não deixou de se referir elogiosamente aos investimentos feitos pelo Governo na recuperação de escolas, considerando que eles podiam e deviam ser alargados ao património, a hospitais e à requalificação urbanística, até porque estas acções se enquadram na sua definição de intervenções governamentais necessárias e próprias.

A líder do PSD acusou o Governo de estar a adiar o pagamento das suas dívidas às empresas por motivos exclusivamente eleitorais.

“Não consigo desligar este adiamento do pagamento das dívidas do facto de haver eleições em Junho”, afirmou, considerando que “o anúncio recente de

que este processo foi adiado para Maio/Junho” é sinal disso mesmo.

Para a líder social-democrata, “isto é a primeira prestação. A segunda, está-se mesmo a ver, será em finais de Setembro”, disse.

Afirmando que não pode “de forma nenhuma estar de acordo” com esta estratégia, Manuela Ferreira Leite considerou que “não é possível fazer política e resolver os problemas do País na base de calendários eleitorais”.

“Nem é possível resolver os problemas do País com base em técnicas que podem dar muitos votos mas poucos benefícios trazem aos cidadãos. Não tenho dúvidas de que se o pagamento das dívidas for adiado para Maio/Junho e Setembro muitas empresas já não sobrevivem nesses momentos”, afirmou.

Manuela Ferreira Leite considerou “um erro de enormes proporções não colocar as pequenas e médias empresas no centro das políticas económicas nacionais”, rejeitando as críticas dos que afirmam que faz parte “das pessoas que não acreditam nas grandes empresas”.

Quanto ao emprego, “resolver esse problema não deveria ser para amanhã ou para depois. Devia ter sido ontem e esperamos que ao menos seja hoje”.

Em Viseu, mais uma jornada do fórum «Portugal de Verdade» “Eu não acredito no espectáculo e na mentira como forma de estar na política”

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou em Viseu, na semana passada, que o Governo socialista se mostra “incompetente e desorientado” relativamente ao que fazer para ultrapassar a crise e que “muda de rumo” de acordo com as conveniências.

Ao discursar num encontro em Viseu que juntou mais de 2.000 pessoas, Manuela Ferreira Leite afirmou que “a dureza da actual crise interrompeu a fantasia e está a provocar um despertar muito difícil para uma realidade que não é mais possível

esconder”.

“Ao fim de quatro anos, chegou finalmente e realmente a hora da verdade. A hora de o Governo ser confrontado com as suas responsabilidades”, considerou, acusando o Executivo de não ter sabido “aproveitar os anos de boa conjuntura internacional, fazendo o País andar para trás”.

Na sua opinião, trata-se de “um Governo que não actua por convicção e, por isso, muda de rumo e de atitude de acordo com as conveniências”.

“Com a entrada em campanha eleitoral, parece que neste momento o Governo está disposto a pensar um pouco mais nos funcionários públicos, a ceder a algumas aspirações dos professores ou a pagar as suas dívidas às empresas”, afirmou, ironizando que “com estas alterações até parece que mudou de rumo”.

No entanto, “porque não o faz com convicção”, o Governo de José Sócrates “anuncia mas não executa ou então executa de forma inversa àquela que anuncia”, lamentou.

A líder social-democrata criticou que, “por este tipo de manobras” e “de tentativa de alterações no seu discurso”, o PS “se atreva a pedir aos portugueses que lhe concedam nova maioria absoluta”.

Manuela Ferreira Leite disse ter chegado a hora de os portugueses escolherem se aceitam “como fatalidade o empobrecimento para que empurram as políticas socialistas” ou “insistir nas mesmas receitas falhadas, no engano e na ilusão”.

“Eu não acredito no espectáculo e na mentira como forma de estar na política”, frisou.

Realçou não acreditar “na desautorização das classes profissionais e na agressão à sua dignidade social como forma de fazer política”, nem “na asfixia das empresas e das famílias em nome de obras opulentas de um Estado que tem vícios de rico” e disse não aceitar “a destruição da agricultura, porque isso significa o abandono de três quartos do território nacional”.

“Precisamos de virar esta página. É preciso que todos saibam que não estamos condenados a este triste estado de coisas”, sublinhou.

A Presidente do PSD fala após audiência com o Primeiro-Ministro:

«Investimentos públicos, sim, mas com condições!»

A presidente do PSD manifestou-se a favor da coordenação nas políticas europeias contra a crise e não esclareceu se pediu explicações ao primeiro-ministro sobre os motivos da sua ausência na última cimeira europeia.

“Nunca falaria desses aspectos em público”, respondeu Manuela Ferreira Leite, depois de uma audiência com o primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento, que durou menos de 30 minutos.

Fonte do executivo disse à agência Lusa que a presidente do PSD não tocou neste tema referente à última cimeira europeia na reunião com José Sócrates.

No final do encontro com o primeiro-ministro, Manuela Ferreira Leite disse no entanto manter as suas críticas a José Sócrates por ter estado ausente da última cimeira, no passado dia 01, que coincidiu com o encerramento do congresso do PS.

“Não sei se Portugal saiu prejudicado. Sei que de certeza não saiu beneficiado. A importância que deve ser dada a estas cimeiras, especialmente quando o país está numa situação de alguma forma individualizada - dada a situação de endividamento em que se encontra -, leva-me a manter essa posição” de crítica ao primeiro-ministro, disse.

Manuela Ferreira Leite - que se encontrava acompanhada pelo dirigente social-democrata José Luís Arnaut e pelo secretário-geral do PSD, Marques Guedes - sublinhou a importância de a União Europeia concertar estratégias na resposta à actual crise, sobretudo em vésperas da reunião do G20.

“Gostaria que nesta cimeira ficasse bem patente a coordenação das políticas entre os países, para que não haja lugar a voluntarismos ou iniciativas individuais. Gostaria que não fôssemos uma voz silenciosa naquilo que se vai passar no Conselho Europeu”, observou.

Para Manuela Ferreira Leite, “sendo Portugal um dos países com uma situação complexa na área do endividamento externo, será seguramente alvo de atenção por parte dos outros países, sobretudo os da zona euro”.

“Não podemos deixar de estar muito presentes em defesa deste tipo de política” a favor da coordenação das medidas de combate à crise, acrescentou.

Nas declarações que fez aos jornalistas, Manuela Ferreira Leite fez também questão de frisar que não é contra os investimentos públicos na sua globalidade.

“Tenho estado contra algum investimento público. Defendo investimento público de proximidade, que não têm componentes importadas, que não têm encargos para orçamentos futuros, que utiliza mão-de-obra nacional e que tem efeitos imediatos no crescimento”, contrapôs a líder social-democrata.

Segundo Ferreira Leite, os investimentos públicos “com grandes componentes



de importação, com grandes encargos para o futuro e que não utilizam mão-de-obra nacional e não têm efeitos imediatos na economia são investimentos para o empobrecimento do país”.

Na Covilhã «Há discriminação do Poder relativamente a Instituições e Câmaras de cor partidária diferente da do Governo» afirmou Ferreira Leite

A presidente do PSD considerou hoje que “deixou de se ter o pudor” de ocultar discriminações por parte de instituições públicas, relativamente a outras instituições e câmaras municipais, consoante a cor partidária.

Manuela Ferreira Leite falava durante uma visita à Covilhã, onde o presidente da Câmara local, Carlos Pinto (PSD), já tinha feito a mesma queixa.

“Partilho da opinião do presidente da Câmara da Covilhã, como partilho da opinião de qualquer pessoa que leia jornais ou acompanhe a vida pública portuguesa”, referiu.

Para a líder social-democrata, “deixou de se ter o pudor de se ocultar que há discriminações muito significativas entre instituições e, até, no caso, das câmaras municipais, consoante o partido a que pertencem”.

“Um dos aspectos mais negativos e mais preocupantes para a democracia: é o facto de as instituições públicas não terem o sentido de Estado suficiente para conseguirem ter políticas neutras em relação ao sistema partidário”, destacou.

Manuela Ferreira Leite falava na Covilhã, onde destacou ainda informações obtidas durante a passagem por Paris, que, segundo refere, revelam os problemas que existem em Portugal.

“Tem havido um aumento da abertura de contas [por portugueses] de tal forma significativa nas instituições bancárias [francesas], que revela o facto de haver muitos novos portugueses em França”.

Segundo a presidente do PSD, “são alguns milhares de contas”, de acordo com números fornecidos por entidades como a Câmara de Comércio Luso-Francesa.

“Não podemos deixar de tirar conclusões preocupantes: que estamos a recuar a uns anos muito anteriores em que havia enorme emigração para França e agora

essa emigração recrudescer de forma muito significativa”.

Entre outras instituições locais, Manuela Ferreira Leite reuniu-se hoje na Covilhã com o reitor da Universidade da Beira Interior (UBI), onde anotou “preocupações como as que se encontram em qualquer reunião com responsáveis universitários”.

“Há uma asfixia das universidades através das restrições financeiras que estão a ser impostas, verdadeiramente contrárias ao que é a autonomia da universidade”.

“Não é possível pensar em universidades nem em Ensino Superior conforme nós imaginamos, com uma asfixia financeira e um desprezo pela instituição que é verdadeiramente chocante”, concluiu.

A presidente do PSD terminou a visita à Covilhã com um jantar na cidade com militantes do partido, ao qual estiveram presentes mais de 500 militantes e simpatizantes e proferiu um discurso em que voltou a alertar para o risco de “empobrecimento do País” com o tipo de obras públicas anunciadas pelo Governo.

A presidente do PSD disse hoje estar incomodada por não ver o País a pensar em “soluções excepcionais” face à crise e de “quase ninguém” dar ouvidos às propostas do seu Partido, nomeadamente o Governo socialista, que acusou de ser “autista”. Um risco tanto maior face à actual situação excepcional de crise internacional.

“E porque há uma situação excepcional, também deve haver uma solução excepcional. E aquilo que mais me incomoda é que o País não pense neste problema. Ninguém nos ouve”, referiu.

“Eu não digo que tenha gritado, nem falado muito alto, porque os meus tons nunca são de uns decibéis muito elevados mas, em todo o caso, estamos fartos, cansados de chamar a atenção para estas questões e eu direi que quase ninguém nos ouve”, sublinhou.

“E o facto de quase ninguém nos ouvir significa que o Governo está autista em relação àquilo que o está a rodear e não quer ouvir, seguir outros conselhos, seguir outros caminhos”, acrescentou Manuela Ferreira Leite.

Numa intervenção em que sintetizou diversas críticas ao Governo e propostas apresentadas ao longo do último mês, como os apoios às pequenas e médias empresas, a líder do PSD concluiu com

a garantia de que não fará “política espectáculo”.

“Numa época em que os políticos estão de tal forma desacreditados que com dificuldade conseguem mobilizar a população para os combates que são essenciais ao progresso do País, eu recuso-me a fazer espectáculo. Recuso-me a ser actriz”, concluiu. - Fontes: Lusa, TSF, TVI

Segurança interna e aumento de criminalidade

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, mostrou-se preocupada com o aumento da criminalidade apontado no relatório de segurança interna, considerando que “há uma cara para esta questão, que é a do primeiro-ministro”.

Confrontada pelos jornalistas em Viseu com os dados do Relatório Anual de Segurança Interna revelados pelo DN, Manuela Ferreira Leite defendeu que “deve haver outra política”, cabendo a José Sócrates avaliar a situação.

“Se o ministro (da Administração Interna) é capaz de fazer outra política deve fazê-la, se não é capaz não a deve fazer. O primeiro-ministro é que deve avaliar se a política que está a ser seguida é correcta e os resultados são os que estão à vista ou se deve mudar de política”, afirmou.

Questionada directamente se defende a demissão do ministro, Manuela Ferreira Leite sublinhou que “é o primeiro-ministro que neste momento deve fazer essa avaliação” e que, “se não a fizer, isso significa que é ele a cara daquilo que se está a passar neste momento no país”.

A líder social-democrata lembrou que em Agosto considerou que “o perfil do ministro não estava adequado à função que estava a desempenhar” e que, por isso, pediu a sua substituição.

“Na altura, esse aspecto não foi considerado, mas a verdade é que se percebe que a política que tem estado a ser seguida está errada e os resultados estão

à vista”, acrescentou, lembrando que “o próprio presidente da Câmara de Lisboa (seu antecessor no Ministério) já o disse e se demarcou da política que está a ser seguida”.

Recordou também que, em finais de Agosto, “o ministro considerou que uma peça fundamental, essencial, para cumprir os objectivos de política que ele tinha para a segurança interna, era uma alteração à lei das armas”.

“Aspecto com o qual nós nunca concordámos que fosse a solução, mas que, no entanto, era a única proposta-chave do ministro, como estratégia em termos de segurança. A verdade é que essa proposta entrou na Assembleia da República nos finais de Agosto e ainda lá está totalmente parada”, afirmou.

Questionou “como é que há um ministro que considera que o instrumento fundamental da sua política é uma alteração à lei das armas e depois não se preocupa que, ao fim destes meses todos, não haja nada sobre essa matéria”, concluindo que o governante “acomodou-se ao facto de a sua estratégia não ser concretizada”.

Manuela Ferreira Leite realçou que um aspecto que o PSD considera fundamental “é a defesa do prestígio e da autoridade das forças policiais”.

“Quando existe uma polícia que não tem a devida autoridade, porque não lhe é concedida, que não se defende o prestígio dessa força de segurança, quando não tem meios próprios nem adequados para a defesa dessa segurança, com certeza que se cria um corpo que não está devidamente motivado. É absolutamente essencial que esse aspecto seja tomado em consideração pelo Governo”, acrescentou.

De acordo com a edição de hoje do DN, no ano passado o crime violento aumentou 10,7 por cento e a criminalidade geral subiu 7,5 por cento. Esta subida será mesmo a maior dos últimos 10 anos, desde que há registo oficial destes dados. - Fonte: Lusa





No CCB, o Grupo Parlamentar fez o balanço dos 4 anos de governo Sócrates

Numa sessão a que estiveram presentes a Presidente do PSD - que encerrou os trabalhos -, Deputados e muito público, o Grupo Parlamentar do nosso Partido avaliou, quase área por área, os 4 anos da governação Sócrates, encarando de forma altamente crítica este período, que deixa Portugal em mais mau estado do que se registava em 2005. “Portugal andou para trás”, poderia ter sido o lema da reunião, na qual tiveram intervenções os Deputados Maria do Rosário Águas que foi aberta pelo presidente do GP, Paulo Rangel, que afirmou:

Senhora Presidente do PSD, Caros colegas Deputadas e Deputados, Caros participantes e assistentes nesta sessão, Portuguesas e portugueses:

1 - O PSD tem sido sempre um partido defensor da estabilidade política e governativa. E sempre defendeu a estabilidade, porque ela permite confrontar projectos e apurar responsabilidades com clareza. Quando um partido, com o seu programa e os seus protagonistas, tem o encargo de governar o país por quatro anos, não restam dúvidas de que o resultado da governação desses quatro anos é da responsabilidade - da responsabilidade exclusiva - desse partido.

O PS, a sua maioria absoluta e o seu líder, José Sócrates, perfarão precisamente hoje quatro anos de Governo, iniciando-se amanhã o último semestre da legislatura. Dispuseram de maioria absoluta na Assembleia e de condições ímpares, mesmo ao nível institucional, para governar Portugal. Os resultados da governação são da sua inteira responsabilidade.

Mesmo se olharmos para o médio prazo, nos últimos 14 anos, o PS esteve sozinho no Governo durante 11 longos anos. O actual Primeiro-Ministro fez parte do Governo de Portugal durante 11 dos últimos 14 anos. É por isso, evidente que, para o bem e para o mal, o PS e o seu líder são os principais responsáveis pela situação em que se encontra Portugal.

2. Como maior partido da oposição e única alternativa credível, alternativa de Governo, ao PS, o PSD - e, designadamente, o seu Grupo Parlamentar - tem a obrigação de fazer um balanço sobre estes quatro anos de Governo. Para tanto, e sem prejuízo de muitos outros temas, seleccionámos seis áreas de actuação, confrontando os resultados obtidos - os resultados a que Portugal chegou - com o programa eleitoral do PS, com as suas promessas e com a sua propaganda.

Falaremos aqui de economia e finanças, pela voz da Deputada Rosário Águas, de educação pela voz do Deputado Pedro Duarte, de políticas sociais pela mão do Deputado Adão Silva, de justiça e segurança pela mão do Deputado Fernando Negrão, de saúde pela intervenção da Deputada Regina Bastos e de ambiente pela intervenção do Deputado José Eduardo Martins. Muitos temas ficarão hoje por escrutinar, mas estes são seguramente aqueles que, neste momento, mais inquietam e preocupam os portugueses.

3. Trata-se aqui de um trabalho eminentemente parlamentar, de fiscalização, de escrutínio, de apuramento de responsabilidades políticas e administrativas. Agra-



deço, por isso, também a todos os Deputados do PSD pelo trabalho que desenvolveram nestes quatro anos e estão ainda, naturalmente, a desenvolver. Trabalho que se fez em condições difíceis, com um Governo avesso à crítica e à averiguação; relapso a responder e a dar esclarecimentos; que gosta muito de se indignar, mas gosta pouco de explicar. Trabalho que se fez em condições difíceis, com um Governo detentor de uma máquina de propaganda e uma política de comunicação sem paralelo, que, até no seu partido, criou um clima de medo e de claustrofobia.

Na impossibilidade de nomear todos os Deputados, que tão convictamente remaram contra a corrente, estudaram e puseram de pé políticas alternativas e exerceram de corpo e alma o seu mandato, faço-o nas pessoas dos meus antecessores nesta legislatura, Deputado Luís Marques Guedes e Deputado Pedro Santana Lopes.

4. Portuguesas e Portugueses, quatro anos volvidos de Governo Sócrates e de maioria absoluta PS, chegou a hora da verdade. De falar verdade; de ouvir falar verdade.

Em que situação se encontra o país, em que situação se encontram os portugueses? Acaso estarão hoje melhor do que estavam em 2004? O que é feito das promessas de leite e mel da campanha eleitoral do Eng.º Sócrates? O que é feito dos milhares de anúncios e inaugurações?

Será que um Governo que teve extraordinárias condições para governar e não foi capaz de transformar o país em tempos de normalidade, terá capacidade e competência para lidar com um clima de grave crise?

Chegou o momento de apurar responsabilidades. E de construir um projecto alternativo, portador de esperança, mas de uma esperança viável, assente no realismo.

Passo agora a palavra aos Deputados do PSD e, ao passá-la, tenho a certeza de que estou a passar a palavra a milhões de portugueses.

Neste momento de incerteza, de desalento, de desmotivação dos portugueses, só os Deputados do PSD podem ser porta-vozes de Portugal.

Porta-vozes contra uma política de quatro anos que fracassou, que deixou Portugal mais pobre, mais injusto, mais longe do sonho europeu.

É só isso que peço aos Deputados do PSD, que hoje, neste momento de balanço, saibam ser porta-vozes de Portugal.

Maria do Rosário Águas Economia: oportunidades perdidas

Começo por uma brevíssima revisão ao desempenho económico do Governo fazendo uma análise a 2 tempos, que não podem nunca ser confundidos. O desempenho do Governo antes e após a crise.

Com este Governo Portugal, perdeu duas oportunidades ímpares:

Primeiro e até 2008 pelas más opções políticas;

Agora, após a crise, governando sem rumo ao sabor das pressões mediáticas e desprezando sistematicamente os contri-





butos bem-intencionados de muitos.

Em nome da verdade, relembro hoje, aqui, as promessas do então candidato a Primeiro-Ministro, José Sócrates.

- 3% de crescimento para a Economia Portuguesa.....
- e a criação de 150 mil novos empregos...

E quanto à Política Fiscal basta-nos recordar aquelas frases peremptórias do Primeiro-Ministro: “

Não vamos aumentar os impostos”.

Foi assim, foi com estas promessas que José Sócrates ganhou as Eleições!

Só que a política começa por ser um exercício de compromisso público e por isso, não é indiferente o que se promete quando se quer ganhar e o uso que se faz do poder depois ele ser confiado.

...A Realidade Nua e Crua é esta:

O crescimento médio da Economia Portuguesa neste período, foi de 0,68 % o que equivale a Um Quinto dos prometidos 3%;

E se compararmos com a média europeia, no período sem crise, verificamos um crescimento que é duas vezes superior ao de Portugal (2,63 contra 1,4).

É inequívoco que antes da crise, e como provam os números, o Governo não soube concretizar uma política económica adequada à realidade do tecido empresarial.

A atitude e obsessão foram sempre as mesmas:

A sobrançeria com que menosprezou as Primeiro-Ministro e as propostas do PSD; E a megalomania dos anúncios acompanhado por um discurso totalmente irrealista, chegando ao ponto de decretar o fim da crise!

Estes erros; esta forma de governar, representa enormes custos para o País:

• As muitas falências, quiçá, evitáveis, algumas decorrentes do incumprimento do próprio Estado;

• E a oportunidade desperdiçada de mudar Portugal;

... E quanto a postos de trabalho a evidência Dói!

Em vez de 150 mil novos empregos há hoje mais 78 mil desempregados. São 53 novos desempregados em cada dia que passa!

E de 2004 para cá os desempregados licenciados não param de aumentar, são hoje cerca de 70.000!

Será este o resultado do Choque Tecnológico?

Que palavra? Que esperança? tem o Primeiro-Ministro a dar a estes Portugueses ...?

Este Governo custou caro ao País:

Custou-nos um acréscimo de 700 euros só em impostos;

Custou-nos uma redução drástica do poder de compra aumentando a nossa divergência com os países europeus.

E custou-nos um agravamento do endividamento externo que equivale hoje a 100% do PIB.

Este número é especialmente preocupante porque está ainda longe de reflectir a totalidade dos encargos assumidos pelo Estado, seja por via da postecipação da despesa seja por antecipação de receitas.

Este Governo desequilibrou o DEVE e HAVER inter-geracional e com isso comprometeu as opções futuras daqueles que nos sucederem.

Chega de desculpas. Que não se alegue a crise Financeira Internacional, que não se iludam mais os Portugueses com bodes expiatórios, porque a crise económica é Socialista antes de ser conjuntural.

Os Portugueses questionam-se:

É possível fazer melhor?

Nós dizemos sim, É possível!

No que à economia diz respeito bastava o Governo seguir algumas das propostas do PSD dirigidas às Primeiro-Ministro com impacto económico evidente, como por exemplo:

- O pagamento das dívidas aos Fornecedores;
- A justíssima conta corrente entre o Estado e as Empresas;
- E a reabilitação urbana.

Mas o Governo insiste em Mega Investimentos de racionalidade incompreensível.

É um Governo que confunde gastos, com investimento:

Investe na 3ª ligação, em auto-estrada, Lisboa Porto e ao mesmo tempo, abdica de investimentos que podiam contribuir para um País mais competitivo, mais equilibrado e mais justo.

Este Governo criou um equívoco económico que importa desfazer porque con-

funde crescimento e emprego passageiro com desenvolvimento sustentável.

Que País temos hoje?

Um País desertificado e mal cuidado!

O Governo: ignorou o valor da agricultura em termos sociais e ambientais; permitiu a ruína do nosso Património histórico e cultural e 3) que assiste impassível à destruição diária de valor económico nas cidades, sem nada fazer.

Isto significa que o Governo ignora o valor intrínseco do território esse sim verdadeira fonte de competitividade e desenvolvimento.

Este Governo prejudicou o País porque perdeu oportunidades, pediu sacrifícios aos cidadãos em nome de políticas que não produziram qualquer efeito.

O Primeiro-Ministro ilude-se e ilude os portugueses. Enquanto isso as oportunidades passam e o tempo não se recupera, Nunca.

Obrigada.

Deputado Pedro Duarte Educação O ensino perdeu qualidade

Há quatro anos, José Sócrates apresentou-se a votos com uma promessa fundamental, na área da Educação:

“Superar o atraso educativo português face aos padrões europeus”.

Era esta a promessa que sustentava o seu Programa, nesta área.

Passados quatro anos, importa reflectir sobre o que realmente aconteceu.

Será que temos hoje uma escola melhor do que há 4 anos?

Será que os jovens saem da escola mais bem preparados para enfrentar os desafios do ensino superior ou do mercado de trabalho?

Será que a escola é um local mais seguro e mais adequado à formação das crianças e jovens?

Será que hoje confiamos mais na escola do que há 4 anos atrás?

Infelizmente, creio que podemos concluir que a resposta, a todas estas questões, é negativa.

A verdade é que hoje:

Em vez de melhoria da qualidade, temos degradação das condições de ensino.

Em vez de exigência que prepare as crianças e jovens, temos facilidades só para atingir resultados estatísticos e artificiais.

A verdade é que:

Em vez de mais confiança na escola pública, temos mais violência e mais indisciplina.

Se fizermos uma retrospectiva das imagens de marca, dos traços essenciais que melhor caracterizam estes quatro anos de Governo Sócrates na área educativa, lembramo-nos imediatamente de três grandes marcas:



1. Em 1º lugar, uma obsessão pela propaganda que levou o Governo a usar, despudoradamente, a escola e os alunos para as suas acções eleitoralistas;

2. Em 2º lugar, um clima de intimidação em que a perseguição e a ameaça foram permanentes perante quem ousasse criticar o Governo ou divergir da linha oficial;

3. E em 3º lugar, uma enorme conflitualidade, com uma atitude do Governo permanentemente agressiva, de confronto e de hostilidade.

Na verdade, a instabilidade e a confrontação têm marcado o ambiente nas nossas escolas, prejudicando assim o ensino e a aprendizagem nas salas de aula.

Todos os portugueses - pais, avós, alunos, professores – sabem que este Governo quis dividir para reinar.

Apostou tudo no ataque aos professores, na ofensa à sua dignidade profissional, na confusão e na guerrilha constante.



Tal, naturalmente, só poderia dar mau resultado.

Não só não aumentou o grau de exigência na avaliação dos professores – como seria, de resto, muito desejável – como acabou por aumentar exponencialmente, com a sua atitude, a desmotivação desses professores, o seu desprestígio social e, principalmente, a sua perda de autoridade nas escolas e nas salas de aula.

Um erro grave de José Sócrates, pelo qual o sistema de ensino, isto é, as crianças e os jovens do nosso País, estão a pagar muito caro.

Mas o mais grave nesta política de propaganda é que, para simular uma melhoria do ensino, o Governo apostou tudo numa política facilitista:

Este Governo:

Acabou com as provas globais no 9º ano;

Acabou com o exame a Filosofia no Ensino Secundário;

Promoveu, em 2008, exames tão fáceis que conduziu ao que foi apelidado como o “milagre da Matemática”, com uma subida da média tão absurda quanto artificial;

Impôs um Estatuto do Aluno que, por e simplesmente, não pune as faltas;

Decidiu, administrativamente, que todos os exames nacionais teriam mais 30 minutos;

Anunciou que penalizaria escolas e professores que dessem notas baixas aos alunos;

E, na sua obsessão por distribuir diplomas a granel, criou por exemplo um Curso de jogador de futebol, para jovens de 15 anos, que dá equivalência ao 9.º ano; (ou seja, em vez de se promover a matemática ou português, aposta-se tudo nos dribles e nos remates à baliza).

Mas a verdade é que esta política tem consequências - consequências graves e perigosas:

Com esta política:

Vingou um ensino facilitista, que fomenta o desleixo e a preguiça, em lugar de promover o mérito, o trabalho e o esforço;

Com esta política:

Aumentou a violência e a indisciplina nas nossas escolas, em que episódios absolutamente inaceitáveis, de desrespeito e falta de civismo, se tornaram banais e toleradas;

Com esta política:

Degradou-se a qualidade de ensino, com os professores mais qualificados e mais experientes a pedirem a sua reforma antecipada - com perda de rendimento - porque preferem (segundo os próprios) fugir ao “inferno” em que se transformou a escola;

Com esta política:

Aumentaram as assimetrias sociais entre aqueles que podem aceder a escolas privadas e todos os outros que se vêem obrigados a aprender numa escola pública que perdeu, objectivamente, qualidade.

Nos rankings das escolas, elaborados pela comunicação social – únicos existentes –, em função dos resultados nos exames nacionais, podemos ver a degradação das escolas públicas, quando comparamos os seus resultados com os das escolas privadas: (Recordo que os exames são nacionais, isto é, iguais para todos)

Em 2007, a primeira escola pública estava em 5º lugar,

Em 2008, está em 14º lugar

Num outro ranking que utiliza outros critérios:

Em 2007, a primeira escola pública estava em 8º lugar,

Em 2008, está em 19º lugar

Vivemos, de facto, tempos de crise na escola pública, que se caracteriza por:

- Falta de Exigência
- Aumento da Indisciplina
- Degradação da Qualidade
- Agravamento das Injustiças Sociais

É este - na verdade - o resultado de 4 anos de degradação da escola pública - que a propaganda socialista não consegue apagar.

Deputada Regina Bastos

Saúde

4 Anos de promessas não cumpridas

Esta é a frase extraordinária do Primeiro-Ministro, depois de quatro anos de Governo Socialista.

É uma frase de quem não conhece a realidade de quem não vai a um centro de saúde ou a um Hospital público;

É uma frase inquietante, porque mostra que o PM ignora ou é indiferente à degradação que o SNS sofreu nos últimos quatro anos.

...Como resultado de um corte radical no investimento na Saúde, a qualidade dos serviços caiu a pique, piorou muito!

Estudos europeus mostram que, desde 2005, Portugal passou de décimo sexto para vigésimo sexto lugar, numa lista de 31 países Europeus...

...Estes dados, que a imprensa nacional divulgou não foram obviamente encomendados e pagos pelo Governo!

...Por isso não foram nunca citados pelo Engenheiro Sócrates.

...A verdade é que, desde 2005, o número de centros de saúde com Serviços de Atendimento Permanente diminuiu 18 por cento, e o número de camas hospitalares foi reduzido em quase mil...

Mas destes números não fala o PS...

Uma das consequências dessa política errada é a fuga dos médicos do Serviço Nacional de Saúde

...Não contente com o encerramento de serviços de saúde e indiferente à saída de médicos, o Governo socialista resolveu ainda aumentar em 30 por cento o valor

das taxas nos serviços de urgências.

...e como se já não bastasse criou novas taxas no internamento e nas cirurgias, como se fosse possível moderar o internamento dos doentes ou uma cirurgia!

...Aliás, ainda há dias, o PS, numa demonstração de hipocrisia política, voltou a recusar a revogação dessas taxas, e prometeu revogá-las daqui a uns meses...

...Entretanto, os Portugueses continuem a pagar essas taxas injustas...

- O resultado é o encarecimento da saúde.

- E a saúde está mais cara no momento em que a crise afecta muitas famílias

O Governo revela assim uma enorme insensibilidade social.

...Eis outra afirmação do PM que nada tem a ver com a realidade concreta dos Portugueses...

A verdade é que a rede de urgências do SMS diminuiu 15% nestes 4 anos...

... E o Governo, depois de ter prometido em 2007 criar 25 urgências básicas, 2 anos depois só conseguiu criar 9... 1/3 do prometido!

Resultado: - Cidades, Vilas e aldeias sem serviços de urgência;

- Doentes que têm de se deslocar dezenas e dezenas de quilómetros para terem acesso a cuidados de saúde...

A falta de diálogo, a arrogância deste Governo levou a que milhares de portugueses se sentissem abandonados e tivessem de protestar na rua contra o encerramento de serviços...

...O resultado foi que, numa clara demonstração de populismo, o PM substituiu o MS por uma nova Ministra, que foi nomeada com um único objectivo:

Serenar, anestesiar ...

Em quatro anos de Governo, não há talvez outra frase do Primeiro-Ministro que evidencie tão bem a absoluta falta à verdade dos factos...

Em 2004 o Governo do PS tinha lançado os projectos de construção de 10 novos hospitais de norte a sul do País...

Mas desde que o PS chegou ao Governo, em 4 anos, depois de muitas promessas:

Depois de muitos milhões de euros gastos em consultores escolhidos pelo Governo ou em anúncios da mais pura propaganda política...

Depois de tantos milhões gastos, não foi construído nem está em funcionamento um único novo hospital no SNS...

...Mais um exemplo de propaganda. O Governo prometeu mais medicamentos genéricos, prometeu mesmo que os genéricos atingissem a quota de mercado de 20 por cento em 2006...

Mas a verdade é que, ao fim de quatro anos, a quota dos genéricos, em volume, não vai além dos 13 por cento, muito abaixo das quotas de países, nosso parceiros europeus...

O Governo PS reduziu a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos, aumentando os encargos das famílias portuguesas...

...E os Portugueses poupariam mais de 400 milhões de euros, se o Governo tivesse apostado seriamente nos genéricos.

...hoje os genéricos já poderiam representar quase metade do mercado de medicamentos.

Em 4 anos o Governo socialista maltratou a saúde dos portugueses:

Hoje, os Portugueses têm:

- Um sistema de saúde caótico,
- Uma saúde mais cara
- Saúde com acesso mais difícil, principalmente para os mais desfavorecidos e nas regiões do Interior
- Uma saúde que perdeu serviços e reduziu horários;
- Mais de seiscentos mil doentes em listas de espera para cirurgia e para uma consulta hospitalar;
- Profissionais de saúde desmotivados





Lamentavelmente para todos nós, portugueses, o balanço deste Governo na saúde é Mortal!

Intervenção Deputado Adão Silva
4 Anos de promessas não cumpridas
Políticas Sociais: Portugueses mais pobres, sem emprego e sem esperança

Das várias promessas eleitorais que este Governo não cumprirá, há uma que se destaca: a criação de 150.000 empregos.

A realidade não se compadece com fantasias. A realidade é que, em 2005, no fim do primeiro ano de mandato, a taxa de desemprego era já de 7,6%.

Em 2007, muito antes de se anunciar a crise internacional, aquela taxa subiu para 8%. E, em 2009, no primeiro Orçamento Suplementar, a previsão é já de 8,5%. Veremos se ficamos por aí ou se, como alguns reputados economistas da área do Governo já vão admitindo, não chegaremos aos 10%.

A realidade não se compadece com fantasias! Como se poderiam criar 150.000 empregos, quando os desempregados já são mais de 450.000? Como se poderiam criar 150.000 empregos, quando só em Janeiro de 2009, 70.334 pessoas ficaram desempregadas?

Como se poderiam criar 150.000 empregos, quando as falências aumentaram, em 2008, 67% face a 2007? Como se poderiam criar 150.000 empregos, quando a OCDE, num relatório verdadeiro, anunciava que, em 2009, o desemprego atingirá o valor mais alto desde 1986? Houve ligeireza na promessa? Então veja-se a tibieza nas respostas.

O Governo anuncia medidas de protecção ao emprego, de criação de emprego e de apoio aos desempregados que, a breve prazo, se revelarão insuficientes e inconsequentes. Por isso, os desempregados que terminarem o período de subsídio de desemprego serão abandonados à sua sorte.

Por isso, nas famílias onde faltar o emprego, ficará curto o orçamento para garantir um nível mínimo de subsistência. Por isso, um estado de emergência social, com a pobreza generalizada e as tensões sociais, é o fruto amargo em que se converteu a promessa da criação dos 150.000 postos de trabalho.

Presunção e água benta, cada um toma a que quer! O Governo sabe bem que há em Portugal cerca de três milhões de pensionistas da Segurança Social. O Governo sabe bem que o valor da pensão média de velhice é de cerca de 440 Euros.

O Governo sabe bem que 80% dos pensionistas recebem uma pensão abaixo de 410 Euros. O Governo sabe bem que a taxa de pobreza na população idosa está 8% acima da média, atingindo 26%. Sabendo tudo isto, como se pode prometer mais futuro e melhor presente a 3 milhões de Portugueses cujas pensões subiram: 9,1%, em 2004; 6,1%, em 2008 e 5,8%, em 2009, considerando a informação da Direcção Geral do Orçamento referente ao mês de Janeiro?

Como se pode prometer melhor presente para os idosos mais pobres, se o crescimento das pensões mínimas não chega para pagar os bens de primeira necessidade, alimentos e medicamentos?

Como se pode prometer mais futuro quando, segundo um relatório verdadeiro da OCDE, dentro de vinte anos, os Portugueses que se reformarem levarão para casa uma pensão que corresponde a 54% do último salário?

O Governo quis reformar o sistema de Segurança Social, garantindo-lhe a sustentabilidade sem olhar a meios. Esqueceu-se, porém, que o sistema de Segurança Social foi criado para apoiar as pessoas, especialmente as mais carenciadas, que, com as políticas deste Governo, ficam com menos futuro e com muito pior presente. Esqueceu-se ou o Governo, nesta como em muitas outras medidas, não contou a



verdade, toda a verdade?

Deputado Fernando Negrão
4 Anos de promessas não cumpridas
Justiça e Segurança governamentalizadas

“Muitos milhares de processos vão pura e simplesmente desaparecer dos tribunais”
 Cit. de José Sócrates, 29 de Abril de 2005.

O Governo PS diminuiu o período de encerramento dos Tribunais (vulgo “férias judiciais”) que, para além de estar hoje comprovado não ter trazido qualquer benefício, foi anunciado em tom de “desafio”, criando de imediato um clima de conflito institucional, que ainda hoje continua a impedir a concertação de medidas benéficas ao funcionamento da Justiça.

O Governo PS, sob o argumento da desmaterialização dos processos, criou uma ferramenta informática designada “CITIUS”, que abrange todos os processos pendentes nos Tribunais, reivindicando para si a administração do respectivo sistema, quando em respeito pela independência dos Juizes e pela autonomia do Ministério Público, tal deveria caber ao Conselho Superior da Magistratura e ao Conselho Superior do Ministério Público.

O Governo PS introduz profundas alterações ao estatuto do Ministério Público, trocando uma estrutura equilibrada e efectivamente hierarquizada, por um modelo em que predominam as escolhas feitas por “escolhidos”, as comissões de serviço e a mobilidade dos Procuradores entre Tribunais sem definição precisa de critérios. Em suma: o agravamento dos problemas na Justiça e mais Governo na Justiça.

“Afirmar a autoridade do Estado e garantir a segurança. Combater a criminalidade.” Programa do XVII Governo.

O Governo PS criou um clima de crispação com todos os órgãos representativos das forças de segurança, não dando ouvidos aos sérios problemas que afectam a motivação dos respectivos agentes, fazendo com que saiam à rua em manifestação e não motivados para garantia da nossa segurança.

A passividade, o desinteresse e a arrogância do Governo nesta área, tem tido como consequência o crescimento da criminalidade, que tem vindo a aumentar a sua sofisticação, a sua organização e o aumento da violência nos meios usados.

Governo PS prometeu nova Lei Orgânica da Polícia Judiciária, com demoras prolongadas no respectivo curso legislativo com reflexos negativos na sua operacionalidade. Para além disso, obrigou à imediata entrada em vigor das alterações às Leis Penais, com a consequente criação de um clima de incerteza na sua aplicação, o que também veio contribuir para o aumento do sentimento de insegurança. Governo PS, no âmbito do Sistema de Segurança Interna, criou a figura de um todo-poderoso Secretário-Geral, nomeado pelo Primeiro-Ministro, que tem acesso a toda a informação existente nas forças e serviços de segurança, sob o pretexto de ser ele o coordenador das operações de segurança.

Em suma: o agravamento da insegurança, e mais Governo na segurança.

Conclusão: a preocupação central deste Governo tem sido a de criar instrumentos





de controlo das missões e actividade das Polícias e das próprias magistraturas, em especial do Ministério Público, desequilibrando e pondo em causa a sua autonomia e, assim, governamentalizando a Justiça e a Segurança!

Aguiar Branco leva ao Parlamento os 4 anos de Sócrates e o PSD volta a assumir papel de alternativa ao Governo

O PSD voltou hoje a assumir o papel de alternativa ao Governo e de “esperança de Portugal”, com os socialistas a criticarem o “discurso vazio” dos sociais-democratas.

“Mais do que nunca, o PSD assume o papel de alternativa do Governo”, afirmou o deputado do PSD José Pedro Aguiar Branco, numa declaração política no plenário da Assembleia da República.

Assinalando a passagem de quatro anos de governação socialista, Aguiar Branco pediu aos portugueses para “optarem por outro programa, outras políticas e outros protagonistas”, argumentando que “a esperança de Portugal é o PSD”.

Um dia depois da sessão de balanço de quatro anos do Governo de José Sócrates, organizada pelo PSD no Centro Cultural de Belém, Aguiar Branco recuperou as principais críticas sociais-democratas ao executivo, reiterando que a culpa da situação a que Portugal chegou é do Governo e não da crise internacional.

PSD e CDS discutem protocolo sobre coligações autárquicas

Os secretários-gerais e os coordenadores autárquicos do PSD e do CDS-PP estiveram reunidos na sede social-democrata para discutir o protocolo de entendimento sobre coligações autárquicas, que vai agora ser apresentado aos respectivos órgãos partidários.

À saída da reunião, que durou cerca de quinze minutos, o secretário-geral e o coordenador autárquico do CDS-PP, João Almeida e Hélder Amaral, disseram à agência Lusa que não resultou do encontro “nenhuma novidade” porque apenas foram discutidas “questões burocráticas”.

De acordo com fonte envolvida no processo, na reunião de hoje – a segunda destinada a estabelecer as regras das coligações entre PSD e CDS-PP nas eleições autárquicas deste ano – foram discutidas questões relativas ao financiamento dos partidos e das campanhas para tentar evitar as multas por incumprimento da lei.

“O protocolo de entendimento está praticamente firmado e em condições de ser proposto aos órgãos partidários”, adiantou à agência Lusa a mesma fonte.

A próxima reunião dos secretários-gerais e coordenadores autárquicos do PSD e do CDS-PP só deverá acontecer depois de feita a consulta aos respectivos órgãos partidários.

O protocolo de entendimento sobre coligações autárquicas segue os termos gerais dos acordos estabelecidos pelos dois partidos nas anteriores eleições.

PSD e CDS-PP estabeleceram que a iniciativa de negociar e de propor coligações compete às suas estruturas locais, cabendo depois às direcções nacionais avaliar essas propostas. Até ao final de Abril os dois partidos pretendem ter definido o universo de municípios e freguesias a que vão concorrer coligados.

Miguel Almeida quer apoio da CGD para resolver poluição na Ribeira dos Milagres



O deputado do PSD Miguel Almeida, da Comissão do Poder Local da Assembleia da República, sugeriu hoje que o Governo recorra à Caixa Geral de Depósitos (CGD) para resolver o problema da poluição na Ribeira dos Milagres, em Leiria.

No final de uma visita que seis deputados do PSD fizeram à Ribeira dos Milagres, que incluiu uma reunião no Governo Civil de Leiria com representantes dos suinicultores e comissão de defesa da ribeira, Miguel Almeida defendeu que perante a dificuldade em arranjar financiamento para construir a necessária estação de tratamento de efluentes, “o Governo tem a CGD, que se serve para ajudar outros empresários, também pode ajudar a resolver este problema ambiental e os pequenos e médios empresários que têm aqui as suas suiniculturas”.

A poluição da Ribeira dos Milagres com descargas das suiniculturas tem como solução prevista o encaminhamento desses esgotos para a Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ETES) a construir em Amor, uma outra freguesia do concelho de Leiria. Uma infra-estrutura que surgirá por iniciativa da Recilis, empresa responsável pelo tratamento dos efluentes das suiniculturas de Leiria, de que faz parte a Águas de Portugal (AdP).

“Não faz sentido que, passados tantos anos, este assunto continue por resolver. Há pouco tempo veio aqui o senhor ministro [do Ambiente] dizer que não aceitava que continuassem as descargas e por isso não faz sentido o Governo não ter um papel mais activo no processo”, apontou o deputado social-democrata.

Miguel Almeida sublinhou que, “se há um banco que precisa de uma carta de conforto das AdP - leia-se Governo – para financiar o projecto, não há razão para que o Governo não dê essa carta de conforto para resolver um problema que é um passivo ambiental que toda a gente percebe. Entendemos que o Governo deve e pode ter uma palavra mais activa, através das AdP. Não é pedir ao Governo que faça algo de inovador”.

Junto à Ribeira dos Milagres, o deputado criticou ainda os critérios de apoio à futura ETES de Amor.

“Não faz sentido que este projecto tenha apenas 30 por cento a fundo perdido. Existem ‘n’ projectos na área ambiental no país com 50, 60, 70 por cento... Não faz sentido que este projecto não tenha um financiamento maior”, disse.

A comitiva de deputados do PSD pondera pedir à Assembleia da República “um debate de urgência sobre a matéria ambiental” para discutir “este e outros casos graves que, infelizmente, existem no país e que continuam sem solução”.

Enquanto isso não acontece, “há uma coisa que vamos fazer já: enviar requerimentos à AdP e ao secretário de Estado [do Ambiente] a perguntar questões concretas sobre esta matéria”, referiu Miguel Almeida.

Mendes Bota desloca-se em missão à Macedónia

O deputado Mendes Bota faz parte da missão de observação do Conselho da Europa, que irá supervisionar as eleições presidenciais que se realizam no próximo dia 22 de Março de 2009, na antiga república jugoslava da Macedónia, também conhecida na sua versão inglesa por FYROM, dado o conflito terminológico-histórico com a Grécia.

Esta delegação é composta por 21 parlamentares dos mais diversos países da Europa, e é chefiada pela deputada sueca Marietta de Pourbaix-Lundin, deslocando-se a convite da Assembleia Nacional daquele país.

Mendes Bota, que é o único parlamentar português desta delegação do Conselho da Europa, ficará sedado em Skopje, capital da Macedónia, sendo depois destacado para observar o funcionamento de várias mesas eleitorais nos arredores da cidade. Há três anos atrás, Mendes Bota participou igualmente numa missão de observação eleitoral no Azerbaijão, país que tem dado alguns passos no sentido de um sistema político democrático e pluralista numa região geo-estratégica bastante sensível. - Gab. Apoio AR



Deputado José Pedro Aguiar-Branco DECLARAÇÃO POLÍTICA

1. O PS, a sua maioria absoluta e o seu líder, José Sócrates, perfazem precisamente hoje quatro anos de Governo. Dispuseram de maioria absoluta na Assembleia e de condições ímpares de cooperação institucional, para governar Portugal. Os resultados da governação são da sua inteira responsabilidade.

Nos últimos 14 anos, o PS esteve sozinho no Governo durante 11 longos anos. O actual Primeiro-Ministro fez parte do Governo de Portugal durante 11 dos últimos 14 anos. É por isso, evidente que o PS e o seu líder são os principais responsáveis pela situação em que se encontra Portugal.

Ignorar isto é mais uma expressão do mundo de ilusão em que este governo se move.

2. Quatro anos passados de Governo de maioria absoluta socialista, já não podem restar dúvidas: Portugal está pior em 2009 do que estava em 2004!

Não adianta inventar desculpas, lançar cortinas de fumo ou atirar areia para os olhos dos portugueses: a culpa da situação a que Portugal chegou não é da crise internacional. Por mais propaganda e mais campanhas que organize, o Governo não pode iludir a verdade: a situação actual não deriva da crise internacional; resulta, isso sim, de quatro anos de políticas socialistas.

3. Este Governo especializou-se em arranjar desculpas para os seus insucessos e fracassos.

Primeiro, sugeriu que as culpas eram do passado, como se o PS não tivesse estado no Governo durante onze anos – onze anos, repito – nos últimos catorze.

Depois, abrigou-se nas culpas da recente crise internacional, como se ao longo dos três anos e meio anteriores a situação portuguesa não fosse já altamente desanimadora.

Mas alguém de boa fé pode mesmo acreditar que um Governo, com maioria absoluta, com a Europa em crescimento, ao longo de quatro anos, não tem qualquer responsabilidade na degradação a que chegou o país e em que se encontra a vida de grande parte das pessoas?

Não foi este o Governo que, num reflexo bipolar, oscilou entre a euforia dos anúncios e a depressão das desculpas alheias?

Não foi este o Governo que, dizendo-se paladino da concertação social, fez uma guerra estéril e sem quartel a todas as classes profissionais?

Não foi este o Governo que preferiu a via do conflito, da desautorização e até da humilhação profissional, dos funcionários públicos, dos professores, das polícias, dos militares, dos magistrados, dos notários, dos profissionais de saúde?

E com que resultados e soluções?

Está a administração pública melhor hoje do que estava em 2005? E a educação? E a saúde? E a segurança? E a justiça?

4. Se o Governo ouviu-se, minimamente, as pessoas, o país real, as vítimas da sua governação, facilmente concluiria:

- que se esqueceu das políticas de combate à pobreza;
- que procurou ocultar o flagelo do



desemprego;

- que ziguezagueou, na saúde, ao sabor do vento, ou melhor de ministro, o que a tornou mais distante, mais cara e de acesso mais difícil para as pessoas;

- que revelou, na educação, a sua capacidade máxima para o conflito e para a provocação, criando instabilidade nas escolas, prejudicando os alunos, desrespeitando os professores, preocupando os pais e reduzindo os níveis de exigência;

- que prosseguiu, na agricultura, uma aberrante política de destruição e desistência, abandonando os agricultores à sua pobre sorte;

- que geriu, sem qualquer critério e eficácia, os fundos comunitários, convertendo, os projectos PIN no alfa e no ómega da política ambiental;

- que desperdiçou, na administração pública, o esforço reformista anterior, começando e terminando no zero, hoje, mais do que nunca, visível para todos;

- que, qual cereja em cima do bolo, não resistiu, nas áreas de soberania, à tentação da governamentalização da justiça, da segurança e das forças militares.

- e, ainda, que no domínio económico, nada do que prometeu foi cumprido: ao crescimento de 3% contrapôs-se a realidade da divergência com a Europa; a contraface da redução de impostos foi o maior aumento da carga fiscal; à esperança da criação de 150 000 novos empregos sucedeu-se a desilusão de uma maior taxa de desemprego.

A tudo isto, podemos ainda juntar um endividamento externo insustentável, na casa dos 100%, sobrando-nos um leque de projectos megalómanos – de resto, desprovidos de estudos sérios e rigorosos – que conduzirão o país um empobrecimento sem igual.

6. Os últimos quatro anos foram anos de uma confrangedora propaganda e obsessão com a imagem. Como ontem sublinhou a Presidente do PSD, Portugal viveu numa espécie de longo intervalo publicitário. Um intervalo de quatro anos para publicidade, em que o Governo lançou mão de todos os meios para engendrar anúncios e aparências. A realidade, a verdade, é, porém, totalmente outra e exige que, no momento certo, os portugueses optem por outro programa, outras políticas, outros protagonistas.

7. Ao fim de quatro anos, chegou realmente a hora da verdade, a hora de o Governo ser confrontado com as suas responsabilidades. Se o Governo socia-

lista não foi capaz de aproveitar os anos de boa conjuntura internacional, como vai poder dirigir o país em tempos de crise? Que credibilidade tem este Governo para lidar com a crise, se a ocultou dos portugueses, se procurou minimizá-la, se desenhou soluções (como os dois orçamentos) completamente desfasadas da realidade?

8. Hoje, 12 de Março de 2009, mais do que nunca, o PSD assume o seu papel

de alternativa de Governo. Um partido que defende as liberdades, que acredita numa economia dinâmica e competitiva, num Estado magro e forte, num país coeso e solidário, com portugueses preparados para enfrentarem os desafios da globalização.

É bem caso para dizer, está a terminar o intervalo para publicidade; é tempo de regressar ao país!

Deputado Carlos Miranda

ESTATUTO DO PROFISSIONAL DE ENOLOGIA Projecto de Lei 637/X/PS

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados.

As minhas palavras, as palavras que o PSD hoje vos dirige visam, antes de mais, prestar uma homenagem ao contributo que os enólogos portugueses deram para o reconhecimento público, interno e externo, da excelente qualidade entretanto adquirida pelos vinhos portugueses.

Num País de agricultura desmantelada e de florestas abandonadas, o vinho surge como o produto diferenciado com reais potencialidades de vingar nos mercados externos.

Em 15 de Fevereiro de 1979, há precisamente 30 anos, os enólogos portugueses uniram-se em torno de uma associação de classe, a Associação Portuguesa de Enologia, que tem lutado pela definição clara do seu estatuto profissional.

A iniciativa a que o PS veio agora dar corpo é oportuna e necessária.

Os motivos expostos são muito judiciosos.

O Projecto de Lei convoca-nos para a necessidade de maximizar a qualidade do Vinho, por via da excelência profissional dos enólogos.

Convoca-nos ainda para prover os enólogos com o respectivo Estatuto Profissional, um Estatuto Legal que regule a sua actividade e defina a formação necessária à obtenção dos diversos níveis profissionais.

Pena é que o articulado do Projecto tenha ficado aquém dos nobres objectivos que enuncia na exposição de motivos.

Perpassa por ele um ar de facilidade que é inimigo do rigor, da qualidade e da excelência.

Permitam-me alguns exemplos:

O Título de Enólogo, mais do que um Grau Académico, designa uma Profissão.

Não basta concluir uma licenciatura para se ser Enólogo, para se ser um profissional de enologia.

O profissionalismo tem de andar perfeitamente colado ao Título de Enólogo.

Ora, no Projecto em análise prevê-se precisamente um automatismo na passagem do grau académico para a Profissão. De forma fácil, directa, quiçá, irreflectida.

Agora atendem e conjuguem esse risco, com o facto de os enólogos portugueses, cerca de mil, provirem das mais diversas formações académicas, desde os engenheiros agrónomos, os engenheiros agro-industriais, os engenheiros alimentares, os engenheiros químicos, os licenciados em enologia e outros diplomados em diversas outras escolas politécnicas nacionais.

Os cursos que em Portugal contêm unidades curriculares de enologia ou viticultura e enologia são 15. (Entre universidades e politécnicos).

O principal enólogo de uma das mais importantes companhias de Vinho do Porto, é arquitecto de formação.

Perante este quadro, compreende-se melhor que os principais Países produtores de Vinho se dividam quanto ao grau de exigência para a atribuição do Título Profissional de Enólogo, privilegiando os Países do Velho Mundo a exigência de uma licenciatura específica em enologia.

Senhoras e Senhores Deputados:

Como percebem, mais uma vez, estamos perante duas perspectivas políticas divergentes, uma que aponta para a Facilidade e outra que demanda Qualidade.

Mas estas nossas considerações não devem obnubilarem o mérito desta iniciativa dos deputados do Partido Socialista e a sua preocupação genuína pelo Estatuto do Profissional de Enologia.

Em sede de especialidade podem contar com o PSD para melhorar este regime. Disse.





«Sócrates escapuliu-se por entre jornalistas, sabendo que Santos Silva ali estava para lhe salvar a cara...»

«...A Dr.^a Manuela Ferreira Leite foi certa quando, entre outras verdades, disse que José Sócrates era o único responsável pelo estado caótico em que o país se encontrava e que não tinha aproveitado as condições ideais para governar que foi a sua maioria absoluta e a cooperação do Presidente da República. Disse ainda, sem reboço, que este governo revelou incapacidade e incompetência, tendo estado teimosamente de costas para o país real e sempre a viver de espectáculo e publicidade, humilhando funcionários públicos, professores, polícias, militares,

juizes, magistrados, notários, profissionais de saúde e agricultores.

Foi, na verdade, um intervenção contundente e sem contemplações, com aquela coragem e determinação que lhe reconhecemos. Santos Silva, o «comissário político», como de costume, veio em socorro de José Sócrates mas, como sempre, com o mesmo chavão repetitivo: que a nossa líder só diz mal e não apresenta soluções.

Ou está surdo ou faz-se de desentendido ou já não tem argumentos para contestar a triste realidade deste governo.

Realmente as verdades são duras de ouvir quando se assiste ao encerramento de empresas que lançam para o desemprego milhares de trabalhadores e se enche os bolsos aos banqueiros. Como também é costume, José Sócrates não quis comentar

a intervenção da Dr.^a Manuela Ferreira Leite e escapuliu-se por entre a fila dos jornalistas, sabendo que Santos Silva ali estava para lhe salvar a cara.

- **Francisco Azevedo Brandão**

Professores de Castelhano ou “mais uma” do Ministério da Educação...

«...É do conhecimento geral a necessidade de formar professores de espanhol, uma vez que o número de professores existentes não chega para colmatar as necessidades que desde há três anos se verificam. O aumento de escolas nas quais a disciplina de espanhol é uma opção é algo que vemos com muito agrado e, como professores de espanhol que somos, com licenciaturas de quatro anos e mais dois anos de pós-licenciatura para obtermos a profissionalização, consideramos a expansão da língua espanhola uma mais-valia para os nossos alunos.

Esta necessidade de formação, deu origem a uma excepção aberta pelo Ministério da Educação para o concurso de contratação 2009/2010 em que, e passo a citar: “Também podem ser candidatos, com habilitação profissional, ao grupo de recrutamento código 350 (Espanhol) os seguintes docentes:

1- Candidatos titulares de uma qualificação profissional numa Língua estrangeira e/ou Português, que possuam na componente científica da sua formação, a variante Espanhol ou o Diploma Espanhol de Língua Estrangeira (DELE) nível C, do Instituto Cervantes.

2- Apenas poderão ser candidatos, os professores com qualificação profissional para os grupos de recrutamento 200, 210, 220, 300, 310, 320, 330 e 340.”

Assim, os professores possuidores de uma licenciatura e um estágio profissional em espanhol serão certamente ultrapassados no concurso por outros de diferentes grupos apesar de não terem formação específica na área. Teremos então licenciados de Português, Inglês, Francês ou Alemão nos quadros de Espanhol, enquanto os que obtiveram uma licenciatura e uma profissionalização na área poderão ficar para trás. Sendo os professores de espanhol na sua maioria jovens, com pouco tempo de serviço ficarão assim as aulas da disciplina a cargo de professores mais

experientes, mas apenas com um mínimo de formação na disciplina.

Mostramos por estas razões a nossa indignação no que diz respeito a esta excepção, uma vez que gerará uma situação muito injusta para com os professores de Espanhol profissionalizados na disciplina, uma vez que poderão ser ultrapassados na lista de graduação e conseqüente afectação ou colocação por docentes de outros grupos de recrutamento sem habilitação profissional efectiva para a disciplina.

Consideramos que é urgente a formação de mais professores de espanhol de forma a responder às necessidades existentes, mas consideramos também que esta formação não pode passar somente pela rapidez mas também pela qualidade. Não queremos de forma alguma pôr em causa a capacidade e a credibilidade dos colegas dos referidos grupos de recrutamento, mas não nos de todo parece viável que lhes seja conferida habilitação profissional para o grupo de recrutamento 350 apenas por reunirem as condições consideradas excepcionais pelo Ministério da Educação. É uma situação injusta também para todos os candidatos licenciados em espanhol portadores de habilitação própria, que por algum motivo ainda não realizaram a profissionalização e para todos os candidatos finalistas, que não poderão concorrer ao concurso de contratação 2009/2010.

É urgente que algo seja feito por quem de direito, uma vez que estão não só em causa os “poucos professores de Espanhol”, mas essencialmente os nossos (muitos) alunos... - Uma professora de Espanhol (Castelhano) profissionalizada e muito indignada

- **E.M.M. (identificação completa, mas omitida por decisão editorial)**

PSD, Sócrates, vitimação e Freeport



«...O nosso PSD deveria rever a sua posição de alheamento sobre o caso Freeport, o que vem ao encontro da maioria dos militantes do nosso Partido, que, desde o Congresso do PS em Espinho, mais ampliaram e reforçaram esse desejo.

«Na verdade, o PSD tem de dar resposta urgente à vitimação ensaiada no Congresso quando Sócrates interligou a não-existente “campanha negra” de que diz estar a ser alvo, com a legitimação que pediu nas legislativas, com um renovada maioria absoluta, aparecendo assim como vítima e a tentar conquistar os corações contritos dos portugueses.

«Jogada falsa e de esperteza saloia que tem de ser urgentemente denunciada. José Sócrates como excelente actor que é, vai jogar em todos os tabuleiros para conseguir ser reeleito, o que seria uma desgraça para o nosso país, pelo que esta sugestão, partilhada por muitos e muitos militantes, incluindo alguns que ocupam posições de responsabilidade, vem na hora própria para suster a «onda triunfal» de um ídolo com pés de barro.

«Ele ainda não percebeu que é um homem só. Os seus subordinados só estarão a seu lado enquanto ele ocupar o lugar de Primeiro-ministro. Há já muita gente dentro do seu Partido que quer arrepiar caminho, porque já percebeu que estão diante de um ditador em potência, que se esconde atrás dos ministros e secretários de Estado quando o seu governo mete água, como no triste e lamentável caso dos erros crassos do Português inseridos no «Magalhães». Sócrates até dá a impressão que o caso Freeport está resolvido e que ele foi apenas uma vítima. O que ele não sabe é que a procissão ainda vai no adro... »

- **Francisco Azevedo Brandão**



Santos Silva desafiado a desmentir “factos”, Ministro veio para “malhar” e acabou “malhado”

Em entrevista ao Diário de Notícias e à TSF, o ministro os Assuntos Parlamentares acusou a TVI e o ‘Público’ de conduzir a “campanha negra” contra o primeiro-ministro. Manuela Moura Guedes e José Manuel Fernandes lembram que nenhuma notícia sobre José Sócrates foi desmentida pelo Governo

O ministro dos Assuntos Parlamentares voltou a acusar, na entrevista ao DN e TSF, a comunicação social e em particular a TVI e o Público, de conduzirem uma “campanha negra” contra o primeiro-ministro. Manuela Moura Guedes, responsável pelo Jornal Nacional da sexta-feira na TVI, o espaço noticioso visado por Augusto Santos Silva, desafia o titular da pasta dos media: “Se são mentira os factos que noticiamos, então desminta-os!”

Em declarações ao DN, a jornalista sublinha que nunca qualquer facto relativo ao primeiro-ministro objecto de notícia foi desmentido pelo Governo. “Sei que o sr. ministro se refere ao caso Freeport quando fala em Janeiro deste ano, mas todas as notícias estão documentadas.” E inscreve as palavras de Augusto Santos Silva numa “estratégia política”, seguida por outros membros do PS, incluindo o próprio José Sócrates, “para que a opinião pública se convença de que a verdade é mentira e a mentira é verdade”.

Manuela Moura Guedes defende

a sua equipa do Jornal Nacional das sextas-feiras e lembra que é o mais visto de todas as televisões naquele dia da semana. “É porque as pessoas reconhecem e gostam da verdade!”

Também visado pelas palavras do ministro dos Assuntos Parlamentares, o director do Público é mais duro. “O dr. Augusto Santos Silva é uma pessoa que tem falta de memória e de princípios.” Se tivesse “memória”, diz José Manuel Fernandes, “recordar-se-ia que em 2003 era colunista semanal do Público”. Tem “falta de princípios” porque, acrescenta, “não rebate um único facto, mas apenas faz insinuações”.

Na entrevista ao DN e TSF, o ministro afirmou, nomeadamente, que “há uma campanha política - que, aliás, tem curso desde a Guerra do Iraque, desde 2003 - da actual direcção do Público contra a esquerda democrática”.

Ainda sobre o mesmo jornal, Augusto Santos Silva afirma que sujeitou José Sócrates a um “escrutínio pessoal”, feito de “meias verdades, meia invenção” e “meias insinuações”. “Desde a compra da casa ao diploma, só falta verificar se tínhamos licença de isqueiro antes do 25 de Abril!” José Manuel Fernandes responde com ironia: “Naturalmente alguém na minha idade, ou seja, com a mesma do primeiro-ministro, não tínhamos idade para antes do 25 de Abril pedir licença de isqueiro...”



O titular da pasta da Comunicação Social deixa ainda na entrevista uma crítica implícita ao “silêncio” do Conselho Deontológico e da Comissão da Carteira Profissional ao que diz serem estes “atropelos” às regras do Código Deontológico dos Jornalistas. O presidente da Comissão da Carteira Profissional, o juiz Pedro Mourão, apenas quis dizer ao DN que “também não comento silêncios”. Já o presidente do Conselho Deontológico, Orlando

César, diz que se aquele órgão não se pronunciou sobre a TVI ou o Público “foi porque não viu a expressão de qualquer violação ao Código”. E também ele desafia o ministro: “O Conselho aceitará pronunciar-se desde que o ministro apresente uma exposição ou queixa contra esses jornalistas.” (Nota da Redacção do PL: título e sublinhados de nossa responsabilidade).

© D.N., com agradecimentos.

O problema de ser séria

Carla Hilário Quevedo (*)



À entrada do Congresso do PS, Carlos Candal, com a delicadeza típica de quem fala sempre com meio charuto enfiado na boca, roncou que Manuela Ferreira Leite era um “Fóssil”. Talvez por uma vaga memória de vergonha, acrescentou depressa e cabisbaixo que a líder da Oposição era «inteligente e boa economista».

A tentativa de remediar a afronta não impressionou porque a verdade nunca serviu de compensação.

Mas mais que a evidência de ninguém ter ensinado a Carlos Candal - nascido em 1938 - que uma Senhora não tem idade, interessa perceber que nada mais teve a apontar à líder do PSD.

Qual é o problema de Manuela Ferreira Leite?

O problema é ser séria, honesta, sóbria e não ter jeito para conversas de chacha com quem não está interessado em compreender, sequer, os problemas das pessoas. Deus assim a conserve.

Mas Manuela Ferreira Leite só será um problema para o país dos Candais, que caminha - esse sim - necessariamente para a extinção.

As pessoas gostam de espectáculo, mas abominam que os actores sejam os políticos que elegeram e de quem exigem precisamente o que os Candais nunca podem dar.

Cada vez gosto mais de Ferreira Leite.

Anda voto PSD, pela primeira vez na vida!

(*) Jornalista, in “Sol”, 7.03.09 ©”Sol”



Notícias da Madeira

Alberto João Jardim continua o ciclo de jantares-comício com militantes e simpatizantes do PSD

Na Ribeira Brava Alberto João Jardim pediu aos portugueses do continente que não gostam de trabalhar para não aparecerem na Madeira.

«Eu digo daqui a esses senhores do continente, àqueles que não gostam de trabalhar, por favor, não me apareçam aqui. Nós só gostamos de quem quer trabalhar», declarou durante o jantar/comício na Ribeira Brava.

Perante o pavilhão gimnodesportivo local cheio de simpatizantes e militantes do partido, muitos dos quais com familiares que um dia tiveram de emigrar à procura de trabalho, Jardim centrou o seu discurso nesses dois temas, o trabalho e a emigração, sem contudo esquecer os adversários políticos.

«Aquilo que define o povo madeirense é o gosto pelo trabalho», ao contrário de «noutros locais do país» onde há vidas que se orientam por «trabalhar o menos possível», começou por comparar Jardim.

Depois, o líder insular considerou «inadmissível» que «uma praga», o «cavalheiro bem-falante» José Sócrates Pinto de Sousa, faça a «vida negra» a «quem gosta e quer trabalhar».

«Eu não tenho pena que aqueles que não gostam de trabalhar agora andem a dizer “Ai Jesus que lá vou eu”; mas eu tenho pena de um país, de uma terra aqui como a nossa, que vivia em paz e a trabalhar, que tinha resolvido o problema da emigração, que até já era uma terra que estava a receber imigrantes, de repente, (tenha) esse cavalheiro a nos fazer a vida negra. Não só fez mal aos portugueses, como fez, como ninguém, ao povo madeirense», criticou Jardim, dizendo que se a autonomia madeirense fosse mais vasta «nós não estávamos agora sujeitos às asneiras que se fizeram em Lisboa por



parte de políticos incompetentes».

Com mais de mil pessoas a ouvi-lo, o presidente do PSD-Madeira deixou-lhes um «grande apelo», mas primeiro houve uma introdução.

«Vamos continuar em novas batalhas. Todos o que estão nesta sala viram que eu não sei estar na política sem comba-

ter pelos direitos do povo madeirense e pelos direitos dos portugueses. E, se os portugueses não querem que se combata pelo direito deles, bom proveito lhes faça. Agora, eu sei que os madeirenses querem que eu combata para poderem continuar a trabalhar como até agora».

Disse ainda que, tendo pela frente três batalhas eleitorais - Europeias, Legislativas e Autárquicas - «não acredito que haja um madeirense com calos nas mãos, que haja uma madeirense que goste de trabalhar, que vá pôr o voto num partido e em pessoas que tudo fizeram para que o madeirense não tivesse trabalho».

Num discurso de meia hora, onde houve lugar a elogios à «notável» obra que o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ismael Fernandes, realizou, as últimas palavras do líder social-democrata foram de «esperança».

«Há dificuldade na conjuntura, há sim senhor», reconheceu. «Mas aqui na Madeira estamos a segurar o barco, aqui não há que ter falta de confiança, aqui ninguém se rende, aqui ninguém pára de trabalhar, aqui vamos continuar a ir para a frente e aqui, como vosso aluno, como aluno do povo, vou continuar a lição de trabalho que me ensinaram», disse Jardim. A lição de que o líder do PSD-M

falava era do conhecimento que adquiriu a partir do povo, o «grande mestre da vida da Madeira», como havia chamado momentos antes.

Jantar/Comício no Machico «A Madeira está farta de disparates»

Alberto João Jardim retomou ontem à noite os jantares/convívio com os militantes do PSD/Madeira.

Na festa de ontem, realizada por baixo do aeroporto, perante cerca de 1.500 militantes e simpatizantes social-democratas de Machico, «povo aguerrido e trabalhador», exortou os madeirenses a penalizarem o PS, nos próximos actos eleitorais, considerando «não ter juízo todos aqueles que votarem no PS e nas pessoas que sempre votaram contra a Madeira».

O líder social-democrata madeirense, depois dos elogios à vereação de Emanuel Gomes que com o PSD/M «arrumou com o passado que não interessa e deu a volta ao município», centrou a sua intervenção nas críticas ao Governo da República.

Jardim realçou que o momento difícil deve-se não apenas à conjuntura interna-





cional, mas, sobretudo, «à incompetência do Governo do senhor José Sócrates Pinto de Sousa que não tinha Portugal preparado para resistir a esta situação mundial».

Segundo o líder “laranja”, mais cedo ou mais tarde, a especulação dos mercados financeiros ia gerar as dificuldades que todo o mundo está a sentir. «Portugal não ligou meia aos sinais que os tempos estavam a dar, houve incompetência àquilo que estava a suceder no mundo e quando esta situação rebenta, o nosso país não está em condições e está pior que os outros países para poder enfrentar a crise que se abate sobre nós», criticou Jardim.

Tal como referiu «viveu-se em Portugal um mundo de fantasia», quando foi prometido mais emprego, baixa de impostos, reformas na Educação e na Justiça.

A este propósito, Alberto João Jardim salienta que basta acompanhar a informação nacional para ver a quantidade de empresas a fechar e a mandar para o desemprego milhares de pessoas. «Onde estão os empregos que o senhor Sócrates prometeu?», questionou. Sobre a política fiscal, Jardim recordou que a subida de impostos foi a primeira medida tomada pelo Governo da República, pondo-se de cócoras perante as imposições do Banco Europeu de Investimentos e de outros países, com os quais «Portugal tinha obrigação de negociar, ter ameaçado com o direito de veto que tinha na União Europeia».

Jardim deixa então uma pergunta aos portugueses: «Onde está o dinheiro arranjado à custa de tanto sacrifício imposto aos portugueses? Todos nós tivemos de pagar mais impostos e não há obras para inaugurar no país».

O presidente social-democrata referiu que, a única coisa que o primeiro-ministro tem para mostrar ao país é o computador baptizado por “Magalhães” e considerou ridículo o facto de Sócrates ir para reuniões internacionais distribuir o computador onde é alvo «da risota dos estadistas internacionais».

Segundo Jardim, está explicado porque Sócrates «dá-se muito bem com o Khadafi, com o Chávez e com outros dirigentes africanos mas não se sente bem no meio dos dirigentes europeus».

Perante esta “loucura” vivida ao nível nacional, Jardim garantiu que por cá, os madeirenses não têm que aturar estas coisas. «Dizem que o povo do continente está satisfeito com estas loucuras do Sócrates. Se está satisfeito, então, é tão louco como ele», concluiu.

Alberto João Jardim lançou então um aviso ao país: «Desde o Presidente da República ao mais humilde funcionário no continente digo que estamos fartos de tanto disparate».

Acusou o Governo da República de querer criar dificuldades à Madeira não permitindo que a Região disponha dos meios para também poder enfrentar a actual crise como foi a pretensão negada pelo Orçamento Suplementar da Madeira poder recorrer ao endividamento.

«Dá impressão que nós não somos filhos da mesma Pátria, que nós não somos Portugal e que Cabo Verde, Angola e outros é que são, afinal, Portugal», concluiu.

Dois deputados do PSD arguidos do processos judiciais

A Assembleia Legislativa da Madeira retirou em plenário a imunidade parlamentar a dois deputados do PSD, Jaime Lucas e Savino Correia, para que sejam ouvidos como arguidos em processos judiciais.

A comissão de Regimento e Mandatos do parlamento madeirense havia dado parecer favorável aos pedidos dos tribunais, por solicitação dos envolvidos.

No caso do deputado Jaime Lucas, os Serviços do Ministério Público do Fun-

chal querem ouvi-lo sobre pagamentos de subsídios atribuídos para a construção do complexo de ténis em Santana, cujo contrato foi celebrado em 25 de Março de 2004, mas terminaram apenas em Novembro de 2005.

O parecer de levantamento de imunidade foi aprovado por unanimidade, em sede de comissão, com a justificação de que os factos de que é indiciado ocorreram entre 06 de Outubro de 2003 e 10 de Outubro de 2004, altura em que ainda não tinha sido eleito como deputado e teve 38 votos favoráveis e um em branco no plenário.

Quanto ao deputado social democrata, Savino Correia, o pedido foi requerido pelo tribunal judicial de Santa Cruz que pretende interrogá-lo e constituí-lo arguido na sequência de factos relacionados com a sua gestão enquanto presidente do município daquela localidade (1997-2005).

Este requerimento teve 37 votos a favor, um contra e um negativo.

Foram autorizados vários deputados do PSD e João Carlos Gouveia do PS a prestar declarações em tribunal na qualidade de testemunhas.

Fontes: Gab. Imp. PSD/Madeira

Notícias de Abrantes

Candidato do PSD à Câmara visita instituições de solidariedade social

Na 4ª Feira da semana passada, Santana-Maia Leonardo, candidato do PSD à Câmara de Abrantes, continuou o ciclo de visitas às diversas instituições de solidariedade social do concelho, iniciada com a visita ao CRIA, no dia 13 de Fevereiro, para avaliar, no terreno, o trabalho desenvolvido pelas mesmas, auscultar as preocupações e dificuldades por que passam neste momento e anotar as suas sugestões sobre a forma como a autarquia as poderá ajudar.

Acompanharam o candidato Dora Caldeira, candidata a presidente da Junta de Freguesia de Alferrarede, Gonçalo Oliveira, presidente da comissão política concelhia do PSD e Emídio Direito, vice-presidente.

Da parte da manhã, visitaram, em Alferrarede, o Centro Social e o Centro de Dia, tendo a visita sido conduzida pelos Ex.mos Senhores Fernando Simão (presidente da instituição), Rafael Fernandes, Armando Pires (membros da direcção) e pela Irmã Margarida Tavares.

Da parte da tarde, começaram por visitar o Centro Interparoquial de Abrantes (creche, ensino pré-escolar, serviço domiciliário e Casa de S. Miguel), tendo a visita sido conduzida pelo Cónego José da Graça e por S. Bragança (director), Fátima e Ana Silva (responsável pela Casa de S. Miguel). Posteriormente, visitaram a Santa Casa da Misericórdia, tendo a visita sido conduzida por Horácio Mourão de Sousa (Provedor), Fernando Tomé, Fernando Silva, Carlos Marchão e Alberto Margarido (membros da direcção).

Estas visitas de trabalho foram bastante enriquecedoras e esclarecedoras.

Da análise final, constatou-se o pouco interesse que todas estas instituições suscitam no executivo camarário. A falta de sensibilidade social, quer para com estas instituições, quer, muito especialmente, para com as centenas de pessoas que delas dependem, é, aliás, uma das grandes pechas do actual executivo camarário. Com efeito, é manifesto que as políticas centradas nas pessoas são pouco motivadoras para o actual executivo.

Esta candidatura não esquece, no entanto, o esforço tremendo de todos os dirigentes que militam, diariamente, nestas instituições, a título voluntarioso, e que nunca desistem, lutando contra todas as adversidades, que são muitas, a começar pelo abandono a que são votados pelo município.

Estas pessoas enchem-nos de orgulho e fazem-nos ter esperança num futuro melhor, sendo certo que solidariedade social é uma dádiva fundamental na construção de uma sociedade equilibrada, harmoniosa e justa.

O testemunho do trabalho desenvolvido nestas instituições fez com que Santana-Maia Leonardo desse a sua palavra de que, caso o PSD vença as próximas eleições autárquicas (como se espera), as instituições de solidariedade social do concelho poderão contar com um presidente e uma vereação empenhados em apoiar o seu esforço de tornar mais feliz a vida dos idosos, das crianças e de todos aqueles para quem a vida foi madrastra. - CPS/Abrantes-PSD



Notícias de Braga

A CPS do PSD e a notícia da demissão de Pedro Machado do cargo de Administrador da Braval e sua eventual “contratação” para Director-Geral da mesma

A anunciada demissão de Pedro Machado do cargo de Administrador da Braval e a sua “contratação” para Director-Geral da mesma, noticiada pelo Diário do Minho, não deixaria de se revelar algo insólita se não se inserisse num ambiente de desnorte e alvoroço político que, depois de atingir o executivo socialista, começa a estender-se aos quadros de confiança política que a maioria foi semeando nas diversas instituições que gravitam à volta da autarquia.

A demissão de administrador-delegado, lugar que resultava inequivocamente da nomeação de carácter político, condicionada pela autarquia bracarense, e, em última análise, pelo seu presidente e familiar, Mesquita Machado, mais não é do que uma tentativa de assegurar, a todo o custo, a sua perpetuação em funções de chefia, particularmente bem remuneradas.

Independentemente do perfil profissional do visado, importa sublinhar o sinal político que perpassa de uma tal alteração.

Esta alteração espelha o sentimento de intranquilidade que grassa nas hostes socialistas. Esta, não se duvide, é a melhor sondagem eleitoral a que se pode assistir.

O receio da “roda de cadeiras” é um sinal esclarecedor. Confirma as piores expectativas sobre a perspectiva do exercício do poder político partilhado pelos actuais responsáveis autárquicos na cidade. Temos a confirmação cabal de que, para Mesquita Machado e restantes correligionários, o poder político é um mero expediente de contratação daqueles que o auxiliam na perpetuação no poder.

Por fim, sublinhe-se a ausência de um sentido de serviço público ao antes nomeado e agora putativo contratado, já que só numa lógica meramente pessoal se compreende a preocupação, tacitamente manifestada, de perda do lugar que anteriormente ocupava.

Quem tranquilamente ocupa lugares públicos de evidente confiança política não deve ignorar que o serviço que presta é, por definição, temporário, e não deve encará-lo como um mero trampolim para transitar para lugares do quadro que o próprio ajudou a criar.

Como ainda recentemente o líder deste projecto teve oportunidade de expressar quando interpelado por um jornalista, a Coligação “Juntos por Braga” rege-se por valores, por causas, prioridades e projectos de progresso para o Concelho e de bem-estar para os cidadãos que terão que ter executores capazes, mas não con-

ditiona nem condicionará a sua conduta a questões deste foro.

Bem pelo contrário, lamenta-se que as matérias desta natureza continuem a concentrar as atenções dos responsáveis socialistas em funções e que as mesmas cheguem a subordinar o interesse público, como recentemente aconteceu na não adesão à Entidade Regional de Turismo do Norte. - CPS/PSD

Após visita ao Centro de Negócios “Ideia Atlântico”

Ricardo Rio vai liderar Autarquia empenhada na captação de investimento para Braga

Uma delegação da Coligação Juntos por Braga, encabeçada pelo candidato à Câmara Municipal, Ricardo Rio, deslocou-se na terça-feira da semana passada, ao Centro de incubação de empresas e Centro de Negócios “Ideia Atlântico”, na Variante do Fojo, em Braga, tendo reunido com a Administração do projecto e visitado algumas das três dezenas de empresas já aí instaladas.

Num encontro que se insere na filosofia que o líder da Coligação espera implementar na sua gestão autárquica, de contacto permanente com os agentes económicos do concelho, fez-se um balanço daquilo que tem sido a experiência deste recém-criado centro de empreendedorismo e projectou-se as bases de uma possível colaboração próxima entre os seus promotores e a Autarquia Bracarense.

A presença da Universidade do Minho, de onde provêm dois terços do número anual de graduados do País na área das novas tecnologias, foi um dos factores elencados como decisivos na escolha de Braga como uma das sedes deste PIN - Projecto de Interesse Nacional (do qual fazem ainda parte instalações análogas em Lisboa, Porto e Luanda).

Durante a visita, foram apresentados os 35 casos de sucesso que actualmente usufruem daquele espaço e evidenciada a mais-valia económica de várias das empresas aí sedeadas, entre as quais se encontram diversos projectos internacionais.

Entre fornecedores da NATO, empresas criadoras de conteúdos para telemóveis e agências de recrutamento internacional são múltiplos e variados os serviços oferecidos pelas empresas presentes, tendo como mote comum a inovação e as novas tecnologias.

As 180 pessoas que actualmente la-



boram no centro de criação de empresas representam um capital humano e técnico que, de outra forma, estaria irremediavelmente perdido para o Concelho, sendo que as facilidades de implementação e operação destas empresas permitem um horizonte de esperança sem paralelo.

Nesta senda, Ricardo Rio reputou o “Ideia Atlântico” como uma importante mais-valia para o desenvolvimento económico de Braga e como um dos mais importantes projectos que se instalaram no Concelho nos últimos quatro anos, não deixando de registar a curiosidade de o mesmo não contar com qualquer participação activa da Autarquia e de nem sequer ter beneficiado da colaboração da Câmara de Braga como força facilitadora deste investimento em qualquer das fases do projecto.

Exemplificativo desta postura quase irresponsável da actual maioria socialista que gere o Executivo Municipal tem sido a gestão do projecto “Braga Digital”, cuja inércia e falta de flexibilidade (com claro prejuízo para projectos como o “Ideia Atlântico”) levaram mesmo Hermenegildo Mota Campos a admitir que, “em breve, de nada nos valerá o investimento feito, pois empresas privadas já anunciam velocidades de tráfego idênticas à prometida pelo projecto público”. “Atendendo ao seu potencial e à mais-valia das empresas que já hoje desenvolvem a sua actividade na área tecnológica, Braga devia assumir-se como o Concelho com a mais económica largura de banda, mas pouco ou nada tem sido feito para viabilizar tal vantagem competitiva”, garantiu.

De igual modo, foi criticada a postura propagandística que presidiu ao anúncio nunca cumprido da criação do Parque Tecnológico da cidade, o que tem impedido as diferentes empresas a resolver, de per si, a sua situação.

Ricardo Rio registou ainda a inexplicada falta de colaboração do “Ideia

Atlântico” com o Centro de Emprego de Braga, mormente na área do apoio à criação do próprio emprego, apesar de repetidas solicitações nesse sentido.

Prometendo uma postura activa da Câmara por si liderada, Ricardo Rio vincou aquilo que será a marca do seu Executivo: “uma Câmara Municipal potenciadora do progresso económico e social, uma entidade verdadeiramente ao lado dos dinamizadores do conhecimento e do emprego, que ao invés de querer controlar tudo à sua volta, saberá respeitar a autonomia das empresas e auxiliar na busca de soluções de futuro, em benefício do Concelho”.

Uma tal sintonia de acção foi mesmo elencada como prioritária por parte dos responsáveis daquele espaço, que se preparam agora para, face ao sucesso inicial, avançar para uma segunda fase do projecto. “Sem a colaboração da Câmara na obtenção de apoios por parte, entre outros, da CCDR-Norte e do Ministério da Economia, poder-se-á condenar ao insucesso o que perspectivamos como uma excelente oportunidade para Braga”, transmitiu Hermenegildo Mota Campos.

Ricardo Rio admitiu mesmo a possibilidade de um projecto dessa natureza ser desenvolvido “numa lógica de real parceria público-privada, um modelo que não se pode confundir com os empréstimos encapotados que outros adoptaram”.

O líder da Coligação “Juntos por Braga” felicitou ainda os promotores do projecto por terem contratado empresas de Braga, quer para os projectos de Arquitectura - na pessoa do Arquitecto Ricardo Oliveira da RSO-, quer para a construção do edifício - a cargo do Grupo Cantinhos -, uma combinação de que resultou um projecto arrojado, moderno e de elevada qualidade, como bem atestaram as opiniões recolhidas junto das várias empresas aí instaladas. - Gab. Imp. “Juntos por Braga”

Carlos Carreiras contesta a presença de António Costa no “Quadratura do Círculo”

O presidente da Comissão Distrital de Lisboa do PSD, Carlos Carreiras, queixou-se hoje ao organismo regulador dos média, pelo espaço televisivo de comentário político que o presidente e candidato à Câmara de Lisboa dispõe na SIC Notícias.

A queixa, assinada por Carlos Carreiras, foi enviada também ao director do canal de notícias da SIC e refere-se à participação semanal de António Costa no programa “Quadratura do Círculo”.

“Parece-nos verdadeiramente abusivo que possa existir, e se mantenha, uma situação em que um candidato a presidente de uma Câmara Municipal disponha, em exclusivo, de um espaço de análise e de comentário político-partidário no ar durante a pré-campanha eleitoral e, naturalmente a campanha eleitoral, sem que os demais candidatos disponham do mesmo privilégio”, refere na participação ao director.

“É fundamental que todos os candidatos tenham um tratamento e acompanhamento igual, doutra forma poderemos estar perante a tentativa, aliás ilegítima, de condicionamento da vontade popular”, acrescenta.

Segundo Carlos Carreiras, a falta de contraditório a António Costa, já que não há “confronto com os demais candidatos à Câmara Municipal de Lisboa” constitui “tempo de antena em proveito da sua candidatura”.

PSD pede convocação “urgente” do Conselho Municipal de Segurança

O líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal, Saldanha Serra pediu, numa carta dirigida ao presidente da Câmara, António Costa, a convocação “urgente” do Conselho Municipal de Segurança, necessidade reforçada pelos incidentes no Bairro Portugal Novo.

“A situação ocorrida nas Olaias, no Bairro Portugal Novo, apenas vem reforçar, se necessário fosse, a urgência em debater, no foro alargado e interdisciplinar que constitui aquele Conselho, a segurança na cidade de Lisboa, no sentido de definir respostas e congregar esforços para a sua implementação no terreno”, lê-se na carta a que a Lusa teve acesso.

Na carta, o grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal declara a sua “total disponibilidade” para “contribuir, de forma positiva, para encontrar resposta para os vários problemas de segurança que afectam a cidade”.

Para os deputados sociais-democratas, o Conselho Municipal de Segurança deverá discutir igualmente “o encerramento crescente de esquadras na cidade de Lisboa e o abandono de uma política de policiamento de proximidade, ao



contrário daquilo que o actual Governo promovera”.

A “ocorrência muito elevada de incêndios”, as “consequências do actual contexto social e económico no aumento da criminalidade” e a “falta de agentes em número suficiente para a Polícia Municipal” são outros assuntos que os sociais-democratas querem ver debatidos naquele foro.

“Neste contexto, Vossa Excelência não pode mais adiar a convocação do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, sob pena de termos de concluir que a segurança na cidade é algo que não o preocupa, não estando interessado em olhar para ela como uma área que se sobrepõe aos interesses dos partidos e das forças políticas, e que reclama esforços conjuntos de todos aqueles que se preocupam com os lisboetas”, afirma o líder da bancada do PSD na carta enviada a António Costa.

O Comando Metropolitano de Lisboa

anunciou, hoje ao início da tarde, a detenção de um homem de 26 anos suspeito de participar no tiroteio de domingo nas Olaias, na posse de uma arma carregada com munições.

O homem foi detido às 23:30 de domingo em Carnaxide, por polícias da Esquadra de Investigação Criminal da Divisão de Oeiras, vestidos à civil, que o reconheceram “de algumas entrevistas televisivas” sobre os distúrbios nas Olaias.

O suspeito, detido num “local referenciado por tráfico de armas”, tinha consigo uma pistola Magnum .32, com seis balas, para a qual não tinha qualquer tipo de licença e foi a tribunal hoje de manhã para julgamento em processo sumário.

Ao fim da tarde de domingo foram ouvidos vários disparos no Bairro, relativos à disputa de uma habitação, segundo o presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina.

O policiamento no Bairro foi refor-

çado por parte da Unidade Especial de Polícia, através do Corpo de Intervenção, deslocado para o local para restabelecer a ordem pública.

Margarida Saavedra acusou António Costa de ter sido responsável, enquanto ministro da Administração Interna, pelo “plano de segurança” da cidade, que actualmente contesta.

A vereadora social-democrata Margarida Saavedra acusou o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa (PS), de ter sido responsável, enquanto ministro da Administração Interna, pelo “plano de segurança” da cidade, que actualmente contesta.

“É de notar que foi o senhor presidente da Câmara o responsável pelo plano de segurança da cidade. Foi o responsável pelas ‘super-esquadras’ e pelo congelamento da admissão de polícias. Quem descongelou a admissão de polícias foi o actual ministro”, disse Margarida Saavedra aos jornalistas.

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do executivo municipal, a vereadora contestou a “impunidade e pouca seriedade política de uma pessoa que há dois anos defendeu uma política e agora faz declarações contra essa política”.

“O que me surpreende é o entusiasmo, a alegria efusiva e o empenhamento do senhor presidente em defender uma posição que não era a sua há dois anos”, argumentou.

“Uma pessoa que muda de posição de dois em dois anos não devia assumir cargos de responsabilidade”, defendeu ainda Margarida Saavedra.

O presidente da Câmara de Lisboa, António Costa (PS), almoçou hoje com o ministro da Administração Interna, Rui Pereira, num encontro em que foram abordadas decisões do Governo que têm sido contestadas pelo autarca da capital, nomeadamente o fecho de esquadras, a falta de efectivos, a não ocupação por parte da PSP de instalações e terrenos disponibilizadas pela autarquia e o não cumprimento de uma resolução de Conselho de Ministros que transferiu para os Municípios de Lisboa e Porto competências de trânsito.

A Câmara de Lisboa aprovou hoje uma proposta do PSD determinando a realização de um levantamento dos quiosques da cidade, em que constem os títulos de ocupação e o estado de conservação.

Na proposta é determinada ainda a fiscalização daqueles equipamentos que se encontrem em actividade e a elaboração de um estudo sobre a melhor localização dos restantes e a futura utilização.

- Fonte: Lusa



Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as exceções previstas nos Estatutos.



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almada, para reunir no próximo dia 01 de Abril de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6 - A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Cabeças de lista à Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia nas Eleições Autárquicas de 2009
- 3 - Análise da situação político - partidária
- 4 - Diversos

ALPIARÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alpiarça, para reunir no próximo dia 22 de Abril de 2009, (quarta-feira) pelas 17h00 na Rua Luís de Camões, n.º 9, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

CAMPO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Campo, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Campo

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de

Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2009, (segunda-feira) pelas 20h30 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições/2009
- 3 - Análise da situação política

ERMESINDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Ermesinde

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mirandela, para reunir no próximo dia 17 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30 no Auditório do Instituto Piaget, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política concelhia
- 2 - Candidaturas Autárquicas
- 3 - Outros assuntos de interesse

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir extraordinariamente, no próximo dia 31 de Março de 2009, (terça-feira) pelas 21h30 no Auditório Municipal de Penafiel, sito no Parque de Exposições de Penafiel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Discussão e aprovação do acordo quadro da coligação com o CDS/PP (Coligação Penafiel Quer) para as próximas eleições Autárquicas

2 - Discussão e aprovação do perfil do candidato à Câmara Municipal de Penafiel nas próximas eleições autárquicas

3 - Outros assuntos de interesse político

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 30 de Março de 2009, (segunda-feira) pelas 21h30 no Auditório do Centro Pastoral de Amarante, sito na Rua Dr. Mário Monterroso, 104 - S. Lázaro, Amarante, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Discussão e aprovação de Contas do período de 01.01.2008 a 31.12.2008
- 2 - Discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2009
- 3 - Análise da situação política

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 02 de Abril de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 7 - A na Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2009
- 3 - Análise e discussão da situação político - partidária

SOBRADO - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sobrado, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Sobrado

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Secção de Valongo

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

VALONGO - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir no próximo dia 18 de Abril de 2009, (sábado) pelas 14h00 na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Valongo

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00



CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar a Assembleia do Conselho Distrital de Setúbal, para o próximo dia 29 de Março de 2009, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD de Almada, sita na Rua do Clube de Campismo de Almada, n.º 6 A, Cova da Piedade, Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:



- 1 – Informações;
- 2 – Aprovação e discussão de Contas 2008;
- 3 – Aprovação e discussão do Orçamento 2009;
- 4 – Análise da Situação Político-Partidária.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal
(David Campos)

NÚCLEO OESTE – PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes das freguesias de Fontão, Bertandos e S. Pedro de Arcos, para reunirem em Plenário, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 25 de Abril de 2009, entre as 18 horas e as 19h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo Oeste – JSD Ponte de Lima;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário Núcleo Oeste – JSD Ponte de Lima.

Nota:

As listas para os actos eleitorais referidos deverão ser entregues em duplicado à Presidente da Mesa do Plenário a quem

competir realizar o acto ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do Partido, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

A Presidente da Mesa do Plenário
(Clara Rocha)

NÚCLEO SUL – PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes das freguesias de Freixo, Vitorino de Piães, Navió, Poiães, Ardegão, Sandiães, Vilar das Almas, Gaifar, Mato, Friastelas, Calvelo, Cabaços e Fojo – Lobal, para reunirem em Plenário, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 25 de Abril de 2009, entre as 18 horas e as 19h30, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política do Núcleo Sul – JSD Ponte de Lima;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário Núcleo Sul – JSD Ponte de Lima.

Nota:

As listas para os actos eleitorais referidos deverão ser entregues em duplicado à Presidente da Mesa do Plenário a quem

competir realizar o acto ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede do Partido, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

A Presidente da Mesa do Plenário
(Clara Rocha)

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Gondomar da JSD para reunir no dia 31 de Março de 2009, na sede concelhia, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, número 31, Gondomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Gondomar
Paula Cristina Gonçalves Soares